Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

UN Development Programme
Brazil - Brasilia

Project: 01004062

Project Title: BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil

Start Year: 2025
End Year: 2028

Implementing Partner: BRA-MDA

Responsible Parties: BRA-MDA
PNUD

Revision Type: Inicial Projet Approval (Version 1 Quantum)

Budget (US$) as of Last Revision on-02 April-2025

Donor	Fund	Amount
BRA_ (MDA)	30000 Programme cost sharing	6.678.174,88
Total Budget (2025 and Beyond)		6.678.174,88
Total Utilization (2024 and Prior)		0.00
Project Total		6.678.174,88
Unprogrammed / Unfunded		

Project Description:

Este projeto visa contribuir para a transformação dos sistemas alimentares e para a superação da fome no Brasil, por meio da inclusão produtiva da agricultura familiar com vistas à ampliação da oferta de alimentos saudáveis e com resiliência climática para todos os brasileiros. O objetivo primordial é desenvolver e implementar estratégia de reestruturação e fortalecimento institucional do MDA, a partir de diagnósticos situacionais, estudos estratégicos, aprimoramento de metodologias de monitoramento e avaliação de programas e políticas com vistas a desenvolver capacidades técnicas e fortalecer a atuação do MDA junto ao seu público-alvo.
Os principais componentes do Projeto são:
1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido.
2. Soberania alimentar por meio da implementação de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida.
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+.
4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas.

Agreed by:
Luiz Paulo Teixeira
Ministro de Estado
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Date:

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA
Data: 14/04/2025 11:26:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Agreed by:
Ruy Carlos Pereira
Embaixador
Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE
Date: 16/04/2025

Representante Residente
PNUD Brasil
Date: 23-Apr-2025

DocuSigned by:
Claudio Providas
D9C12626EEB14B5...

DS MA

DS MTF

DS CP

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

Empowered lives.
Resilient nations.

Documento de Projeto

Brasil

Título do Projeto: Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil

Número do Projeto: BRA/25/005

Agência Executora: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Data Início: data de assinatura **Data Término:** 4 anos após a assinatura

Breve Descrição
Este projeto visa contribuir para a transformação dos sistemas alimentares e para a superação da fome no Brasil, por meio da inclusão produtiva da agricultura familiar com vistas à ampliação da oferta de alimentos saudáveis e com resiliência climática para todos os brasileiros. O objetivo primordial é desenvolver e implementar estratégia de reestruturação e fortalecimento institucional do MDA, a partir de diagnósticos situacionais, estudos estratégicos, aprimoramento de metodologias de monitoramento e avaliação de programas e políticas com vistas a desenvolver capacidades técnicas e fortalecer a atuação do MDA junto ao seu público-alvo. Os principais componentes do Projeto são: 1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido. 2. Soberania alimentar por meio da implementação de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida. 3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+. 4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas.
Contribui para o Resultado do UNSDCF 2.1: Até 2027, o Brasil terá expandido e fortalecido a proteção social e demais políticas públicas para serem mais intersetoriais, inclusivas, participativas e efetivas, baseadas em evidências, atentas a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e orientadas, em todos os níveis de governo, ao respeito aos direitos humanos e à redução da pobreza, da fome e das desigualdades de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e à promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia e do desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente. **Contribui para o Resultado do CPD:** Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável

Valor total deste projeto	**US$ 6.678.174,88**	
Origem dos Recursos	**Governo:**	**US$ 6.678.174,88**
	Doador:	
	PNUD:	
	In-Kind:	
Não financiado		

Acordado por (assinaturas):

Agência Brasileira de Cooperação	PNUD	Agência Executora
Nome: Ruy Pereira Cargo: Diretor	Nome: Claudio Providas Cargo: Representante Residente	Nome: Paulo Teixeira Cargo: Ministro de Estado
Data: 16/04/2025	Data:	Data:

Ruy Pereira
Diretor
Agência Brasileira de Cooperação - ABC

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

I. DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO

I. Contexto

1. Sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, em 2014, em boa parte, graças a um conjunto de políticas públicas de segurança alimentar e de incentivo à agricultura familiar, que começaram a ser construídas em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Infelizmente, nos últimos anos, esses instrumentos foram desmontados ou esvaziados, e, 20 anos depois, o país chegou ao início de 2023 com 33 milhões de brasileiras e brasileiros que não têm o que comer. A situação da população rural, que deveria estar em condições de produzir para alimentar o campo e a cidade, é ainda pior, com 64% em insegurança alimentar e 19% passando fome. Mudar a realidade dessas pessoas e acabar novamente com a fome no Brasil é prioridade máxima do atual governo. Para que a comida de verdade volte para a mesa das famílias brasileiras, o governo federal vem empreendendo esforços no sentido de reconstruir as políticas públicas que induzem à produção sustentável de alimentos no Brasil, promovem a inclusão produtiva rural e ampliam a oferta de alimentos saudáveis da agricultura familiar. O desafio é imenso, mas muitas medidas já foram adotadas para retomar e aperfeiçoar as políticas públicas para a agricultura familiar e a reforma agrária, fundamentais para a segurança e a soberania alimentar nacional.

A primeira medida, e que marca o início dessa reconstrução, foi a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, pelo Decreto 11.396/2023. O MDA vem ainda mais forte com a integração das entidades vinculadas: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasa Minas) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), além da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No planejamento estratégico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) consta que sua missão é fortalecer a agricultura familiar e democratizar o acesso à terra para impulsionar a produção de alimentos saudáveis ao povo brasileiro e promover o bem-viver da população do campo, das águas e das florestas.

O MDA tem como visão ser referência, até 2034, em políticas públicas de acesso à terra e ao território, produção de alimentos saudáveis, transição agroecológica, abastecimento e desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para a transformação dos sistemas alimentares e a superação da fome no Brasil. O Ministério desempenha um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e para a inclusão socioeconômica produtiva de agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e juventude rural.

O planejamento estratégico do MDA reflete o PPA 2024-2027 do Ministério e apresenta programas orientados para 1) fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; 2) ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar; 3) promover a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações; e 4) promover o bem viver, reduzir as desigualdades de gênero, fortalecer o etnodesenvolvimento e a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais, bem como a sucessão rural, com foco nos territórios.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Tais ações estão alinhadas às prioridades nacionais de desenvolvimento e possuem grande potencial de contribuir para a meta n. 1 “Combate à fome e redução das desigualdades” estabelecida no PPA 2024-2027 do governo federal e especificamente aos seguintes objetivos estratégicos:
1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social;
1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência;
1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos;
2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura;
3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.

As ações do MDA também estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e são fundamentais para a erradicação da fome (ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável) e da pobreza (ODS 1 - Erradicação da Pobreza). Ao promover a inclusão social e produtiva dos agricultores familiares e a sustentabilidade do meio rural, o MDA contribui para a construção de um Brasil mais justo, equitativo e sustentável.

2. Cenário atual

A extinção do então Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 resultou em redução de orçamento e de relevância das pautas do setor, fragilizando seriamente seus programas e políticas. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em janeiro de 2023 trouxe a necessidade de reorganização e reestruturação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário sustentável e a agricultura familiar.

Nesse sentido, uma ação fundamental foi o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, operacionalizado pelo MDA, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com mais recursos disponíveis para compra direta de alimentos da agricultura familiar, priorizando indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária e mulheres.

O governo federal ainda estabeleceu duas ações estruturantes para a ampliação da demanda pública de produtos da agricultura familiar. Em primeiro lugar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi estabelecido que, em toda compra de alimentos da administração pública federal, no mínimo 30% dos recursos devem ser oriundos da agricultura familiar.

Em segundo lugar, para garantir que o percentual mínimo de 30% de compras da agricultura familiar seja alcançado em todo País, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC), da Saúde (MS) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) elaboraram o Acordo de Cooperação Técnica da Alimentação Saudável nas Escolas. O acordo envolve um conjunto de ações para ampliar e organizar a oferta de alimentos da agricultura familiar nas escolas, estabelecer cardápios saudáveis e apoiar os municípios a realizarem as compras dos agricultores e agricultoras familiares da região, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além disso, os meses iniciais de reconstrução do MDA foram marcados pela reconstrução, ampliação e criação de políticas e programas do Governo Federal voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da reforma agrária. Os destaques desse grande esforço de reestruturação das políticas públicas do MDA estão descritos a seguir.

O maior Plano Safra da Agricultura Familiar da história foi lançado em julho de 2024, com o volume total de R$ 85 bilhões. Entre as novidades do Plano, estão o volume de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que será o maior da história do Plano

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Safra (R$ 76 bilhões), e juros mais baixos para a produção de alimentos, aquisição de máquinas e práticas sustentáveis, como bioinsumos, sociobiodiversidade e transição agroecológica.

As políticas de acesso à terra foram retomadas e milhares de famílias voltaram a ser assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e pelo Programa Terra da Gente, que define as prateleiras de terras disponíveis no País para assentar famílias que querem viver e trabalhar no campo. Por sua vez, o Programa Nacional de Crédito Fundiário superou os resultados dos últimos anos, retomando a trajetória de apoio à obtenção de terras pela agricultura familiar.

A política de demarcação e reconhecimento de territórios quilombolas foi retomada com a publicação de 51 Portarias de Reconhecimento de Territórios, que representam uma área de 290 mil hectares, além da entrega de 5 títulos de terras quilombolas e da liberação de R$ 1,46 milhão do chamado Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher - primeira etapa da política pública de financiamento voltado para o público da agricultura familiar - para 292 mulheres do território quilombola Kalunga.

Também foi retomada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). As duas instâncias de governança da Política foram restabelecidas - a Comissão Nacional (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Em tais colegiados, governo e sociedade civil estão elaborando o novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com medidas para fomentar a transição agroecológica no campo.

O Programa Ecoforte voltou para fortalecer as redes de agroecologia e produção orgânica e os editais de Assistência Técnica e Extensão Rural passaram a ser 100% voltados para a transição agroecológica. O Programa Mais Alimentos voltou com o objetivo ainda maior de ampliar a produção por meio da aquisição de máquinas e implementos agrícolas específicos para a agricultura familiar.

Com relação ao fortalecimento das mulheres do campo, das águas e das florestas, foram destaque a criação do Programa de Organização Produtiva e Econômica para Mulheres Rurais, com o lançamento de chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres agricultoras no valor de R$ 50 milhões e o lançamento do Programa Quintais Produtivos, em atendimento às demandas da Marcha das Margaridas, além de outras medidas que priorizam a autonomia e o bem viver das mulheres rurais.

O MDA também lançou a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), instituída pelo Decreto n. 11820/2023, como um instrumento para promover o acesso regular da população brasileira a alimentos em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, além de retomar os estoques públicos de alimentos, priorizando produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade.

Por fim, o MDA reativou os mecanismos e instâncias de participação social para todas as suas políticas. Além das diversas reuniões e oficinas com representantes dos movimentos do campo, das águas e das florestas, o governo federal reinstituiu, com o Decreto nº 11.451/2023, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), ampliando a participação da sociedade civil no colegiado.

Isso posto, é possível concluir que as ações estratégicas do MDA contribuem para o enfrentamento da pobreza rural por meio da inclusão produtiva de agricultoras e agricultores mais vulneráveis, assentadas e assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, fortalecendo também as economias locais e regionais. Tais iniciativas também colaboram com o grande desafio do combate à fome, a partir da ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, destinados tanto ao autoconsumo das famílias produtoras quanto ao abastecimento dos mercados locais e regionais, melhorando a dieta e a saúde das populações.

Desde o início da reconstrução do MDA, foi possível observar alguns desafios de gestão e governança que precisam ser superados para que o Ministério seja bem-sucedido na execução de

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

suas políticas e programas. Dessa forma, é indispensável desenvolver e implementar estratégia de reestruturação e fortalecimento institucional do MDA, a partir de diagnósticos situacionais, estudos estratégicos, monitoramento e avaliação de programas e políticas e desenvolvimento de iniciativas de gestão inovadoras com vistas a desenvolver a capacidade do MDA para ampliar e aprimorar sua atuação junto ao seu público-alvo.

Por fim, vale ressaltar que o objetivo interno que consta do Mapa Estratégico do MDA é “estruturar e consolidar institucionalmente o órgão, com foco na efetividade das políticas públicas, na inovação e transformação da gestão, na valorização das pessoas, no diálogo participativo com a sociedade e na atuação integrada com órgãos vinculados e unidades descentralizadas”. Tal objetivo se vincula diretamente ao objetivo de desenvolvimento deste projeto de cooperação técnica internacional.

3. Justificativa / Desafios

Apesar dos avanços alcançados, os desafios para nova pasta não são poucos e podem ser separados por diferentes temáticas, que estão diretamente relacionadas aos componentes do projeto:

I) Desafios com foco no Fortalecimento Institucional e Governança do MDA

A partir da recriação do MDA e da retomada de seus programas, é possível observar a necessidade de desenvolver e implementar estratégia de reestruturação e fortalecimento institucional do MDA a partir de diagnósticos situacionais, estudos estratégicos, aprimoramento de metodologias de monitoramento e avaliação de programas e políticas e desenvolvimento de iniciativas de gestão inovadoras com vistas a ampliar a capacidade de governança do MDA para fortalecer sua atuação junto ao seu público-alvo.

Durante os primeiros 18 meses do novo MDA, foi realizado extensivo planejamento estratégico em que foi definido missão, visão, valores e principais objetivos. Durante esse processo foi observada a necessidade de aprimorar instrumentos de governança e gestão do Ministério. Tendo em vista as mudanças no contexto nacional e mundial desde que o MDA foi extinto em 2016, faz-se necessário realizar diagnósticos, avaliações e estudos técnicos sobre temas estratégicos que afetam a agricultura familiar, tais como mudanças climáticas, transição agroecológica, desigualdades regionais, conflitos agrários, sociobioeconomia, dentre outros, com vistas a subsidiar a elaboração ou o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o acesso democrático à terra e ao fortalecimento da agricultura familiar como agente da transformação dos sistemas alimentares no Brasil.

O antigo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA) foi reestruturado a partir da recriação do MDA e agora se chama Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações (DAMEI). O DAMEI tem como atribuição realizar diagnósticos e aprimorar instrumentos que contribuirão para o desenvolvimento de estudos e metodologias de produção de dados qualificados e evidências, além de diagnósticos e instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas e programas do MDA, com vistas à construção do conhecimento voltado para aprimoraras políticas públicas de agricultura familiar.

Outro grande desafio do MDA é promover estratégias inovadoras de articulação federativa e legislativa a partir do fortalecimento e integração das Superintendências Estaduais do Desenvolvimento Agrário. A falta de estudos e dados atualizados das diversas políticas públicas nos Estados resulta em dificuldades na articulação e diálogo sobre os programas do Ministério junto às entidades públicas estaduais e municipais, empresas privadas e organizações da sociedade civil. Uma vez que se avance na elaboração de estudos que supram tal lacuna, será possível avançar na construção de estratégia sistêmica que integre o otimize os esforços do MDA a nível territorial e local.

Por fim, a recriação do MDA e de sua política internacional aumentou a expectativa pela retomada de conjunto de ações que se desdobram na cooperação internacional, no diálogo político regional, plurilateral e multilateral, e em negociações internacionais, especialmente nos temas ambientais e

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

comerciais. É notório o aumento do interesse de um conjunto significativo de nações de vários continentes em conhecer as experiências exitosas do Brasil em diferentes campos do desenvolvimento agrário e das inovações no combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional, além de avançar no estabelecimento de acordos de cooperação em diferentes áreas de interesse para a agricultura familiar.

Neste aspecto, destaca-se a retomada pelo MDA dos esforços de integração regional, notadamente da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF/MERCOSUL), assim como a perspectiva de retorno e ampliação do diálogo político no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Igualmente, a retomada do protagonismo do Brasil em temas como o combate à fome, à pobreza e às mudanças climáticas têm aumentado a atenção dada ao papel central da agricultura familiar no enfrentamento destes desafios, atraindo assim o interesse crescente de nações, blocos regionais, e organizações internacionais em colaborar com o MDA.

Dessa forma, acredita-se que a parceria com o PNUD tem grande potencial para alavancar, ampliar e fortalecer tais iniciativas de cooperação sul-sul e triangular. Nesse sentido, imperioso contar também com a honrosa colaboração da Agência Brasileira de Cooperação, instituição com mandato para desenvolver ações de cooperação sul-sul, com a qual o MDA e o PNUD mantêm longa e frutífera parceria.

II) Desafios com foco na Soberania Alimentar

Com a recriação do MDA, surgiram duas novas Secretarias em seu organograma: Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB) e a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ).

Dentre os principais desafios da SEAB, destacam-se a necessidade de promover mecanismos para a comercialização eficaz dos produtos da agricultura familiar, especialmente em áreas urbanas e periurbanas, além de garantir o acesso equitativo a alimentos saudáveis. Além disso, há dificuldades relacionadas à operacionalização para formar estoques públicos e à equalização de preços, bem como à certificação da produção agrícola e à inclusão sanitária. A infraestrutura inadequada nos espaços urbanos periféricos das capitais estaduais também representa um obstáculo para a implementação de sistemas de abastecimento alimentar adequados e saudáveis. Ademais, a falta de acesso a crédito e assistência técnica por parte das agricultoras e dos agricultores familiares contribui para a perpetuação dessas dificuldades.

Por meio de diagnósticos detalhados, mapeamentos abrangentes, desenvolvimento de estratégias, e aprimoramento de normas, diretrizes e procedimentos, a parceria com o PNUD contribuirá para a SEAB superar alguns desafios de ordem técnica, logística e operacional. Ao se aprimorar instrumentos de gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente na modalidade Compra Institucional, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), a capacidade da SEAB de implementar políticas voltadas para soberania alimentar será fortalecida. Além disso, ao se proporcionar capacitação, sensibilização e apoio técnico às agricultoras e agricultores familiares e às entidades envolvidas na operacionalização desses programas, será possível contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e para o fortalecimento das iniciativas de combate à fome e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Vale ressaltar que é indispensável desenvolver estratégia de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos desses Programas.

O cooperativismo é uma importante estratégia para se alcançar maior capacidade de organização investimento e sustentabilidade à agroindustrialização da produção familiar. As políticas públicas voltadas à agroindustrialização e valorização da identidade da produção da agricultura familiar impulsionam o desenvolvimento rural sustentável. As agroindústrias contribuem para a geração de

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

renda, a valorização da cultura alimentar mediante a disponibilidade de produtos locais, a diversificação da produção, a agregação de valor e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

A agroindustrialização no Brasil enfrenta desafios e tem contado com um desenvolvimento aquém do esperado, marcado pelo baixo investimento no setor para o estabelecimento de novas unidades de processamento e beneficiamento com inclusão sanitária e para a recuperação ou adequação de plantas já instaladas, porém com deficientes condições de operação.

Da mesma forma, a identidade dos produtos da agricultura familiar que recebem certificação ainda não é de amplo conhecimento público, a despeito de possuir grande apelo comercial. É preciso que a população tenha acesso aos produtos certificados nos mercados tradicionais, reconheça os valores sociais agregados ao processo produtivo e façam a opção de comprá-los por isso.

Adicionalmente, a SEAB tem como desafio contribuir para que agricultoras e agricultores familiares tenham acesso facilitado à assistência técnica e ao crédito para que desenvolvam as condições necessárias para superar as barreiras para regularização sanitária dos seus empreendimentos, colaborando dessa forma para se posicionarem melhor num universo marcado pela concorrência com os grandes conglomerados agroalimentares. O caminho para superar esse complexo desafio demanda ampliação do conhecimento para obtenção de maior clareza das melhores estratégias de atuação junto aos atores chave.

Ao possibilitar a melhor compreensão dos aspectos que envolvem o cooperativismo e a agroindustrialização, o Projeto fortalecerá a assertividade da SEAB em diagnosticar as causas e buscar soluções mitigadoras ou até mesmo inovadoras (incrementais ou disruptivas), possibilitando a construção de estratégias mais eficientes e eficazes na entrega dos produtos esperados pela população.

A criação da SETEQ, por sua vez, evidencia a importância do reconhecimento explícito e formal das identidades dos povos e comunidades tradicionais, na medida em que a garantia de direitos legais a esses grupos nas políticas voltadas para agricultura familiar rompe com a invisibilidade histórica a que foram submetidos. No entanto, é importante ressaltar que, se do ponto de vista legal os povos e comunidades tradicionais são beneficiários da Lei da Agricultura Familiar, o que representa avanço na garantia de direitos a essas populações, por outro lado é premente a necessidade de estabelecer condições institucionais efetivas para formulação e implementação de políticas públicas direcionadas, que considerem as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas desses grupos.

Há uma dificuldade estrutural de visibilidade dos públicos quilombola, indígenas e de povos e comunidades tradicionais nas políticas do Ministério, tendo em vista a ausência de marcadores efetivos nas diversas políticas da agricultura familiar, sejam de identificação e cadastramento do público, sejam de acesso às políticas de comercialização, crédito, territorial, entre outras. Essa lacuna dificulta sobremaneira a identificação do público específico, prejudicando o mapeamento da situação presente, o planejamento das ações para os segmentos conforme suas especificidades, e a gestão e monitoramento dos resultados das ações implementadas, dificultando a construção de cenários e variáveis de efetividade operacional e apresentação dos resultados. Dessa forma, é essencial que o rompimento dessa invisibilidade seja um projeto conjunto e disseminado no MDA, considerando que os marcadores e muitas das ações que atendem os povos e comunidades tradicionais são coordenados e operacionalizados por todas as secretarias, e não somente pela SETEQ.

Ao elaborar estudos, diagnósticos, pesquisas e análises que tragam elementos que permitam a ampliação e consolidação das estratégias de reconhecimento, inclusão produtiva, etnodesenvolvimento e aprimoramento dos normativos atuais, o Projeto permitirá que sejam realizadas análises pertinentes e atualizadas, não só da reconhecida invisibilidade e dificuldade de estabelecer um panorama real da situação dos povos e comunidades tradicionais dos campos, das florestas e das águas, mas também proporcionará subsídios para a construção de soluções, estratégias e dinâmicas eficientes para enxergarmos efetivamente esse público dentro da

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Agricultura Familiar. Isso colaborará para a elaboração de programas, projetos e ações cada vez mais alinhados com as especificidades dos povos e comunidades tradicionais e para a construção de ferramentas mais efetivas de gestão colaborativa com nossos públicos e no estabelecimento de indicadores mais precisos de conjuntura e resultados, qualificando a tomada de decisão dos gestores da SETEQ e ampliando o escopo das políticas públicas específicas com mais assertividade.

III) Desafios com foco na Participação Social

O MDA opera a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), principal instância de concertação e articulação do Ministério para a formulação de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária e abastecimento alimentar. A atuação do CONDRAF carece de estudos e diagnósticos sobre os processos participativos de construção e gestão de políticas públicas com os objetivos de ampliar a eficácia e a eficiência das mesmas e sua capacidade de inovar e implementar soluções que atendam às necessidades emergentes do desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, identificou-se a necessidade de se elaborar estudos e análises propositivas, bem como de se estruturar e articular as relações do MDA com determinados segmentos da sociedade civil na aplicação das políticas públicas, conforme determina o Decreto 11407/2023 (Sistema de Participação Social). Há de se trabalhar especialmente na integração dos programas do MDA com a promoção, defesa e garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, das mulheres rurais, da juventude do campo, das pessoas LGBTQIAPN+ (Programa Brasil sem Homofobia) e das pessoas com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A zona rural brasileira está se esvaziando e resulta cada vez mais envelhecida e masculina. Esse êxodo rural é resultado da falta de entendimento dos interesses da juventude do campo, das águas e das florestas. Nesse contexto, o MDA tem o grande desafio de construir, de forma participativa, o programa de "Sucessão Rural". Para tanto, é necessária e urgente a realização de diagnósticos, estudos, iniciativas de fortalecimento de redes da juventude e ações estratégicas que possibilitem aos jovens ter uma vida digna no campo, estimulando sua permanência nas zonas rurais, fortalecendo a agricultura familiar e preservando o meio ambiente. O trabalho deverá ser pautado pela lei 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

O novo MDA agora conta com a Subsecretaria de Mulheres Rurais - SMR, que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e o bem-viver das mulheres rurais. Para tanto, é necessário aprimorar metodologias de planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações. A falta de acompanhamento sistemático das atividades compromete a capacidade da SMR de identificar e resolver problemas de forma proativa, limitando assim sua eficácia. A ausência de metodologias de avaliação, por sua vez, resulta na dificuldade de mensuração das ações e impede que a SMR demonstre resultados tangíveis, além de dificultar a identificação dos pontos que demandam aprimoramento. Dessa forma, é imperativo o fortalecimento da estratégia de atuação da SMR, aprimorando e ampliando seu alcance.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

II. ESTRATÉGIA

Este projeto visa contribuir para a transformação dos sistemas alimentares e para a superação da fome no Brasil, por meio da inclusão produtiva da agricultura familiar com vistas a ampliação a oferta de alimentos saudáveis e com resiliência climática para todos os brasileiros.

O diagrama abaixo demonstra as Hipóteses e a Teoria da Mudança.

DIAGRAMA 1 - Teoria da Mudança e Hipóteses

SE forem realizados diagnósticos situacionais e estudos estratégicos para identificar lacunas de conhecimento técnico no MDA, **ENTÃO** o MDA terá uma base sólida para aprimorar sua estrutura e capacidades, resultando em uma gestão mais eficiente e eficaz.
SE forem desenvolvidas e implementadas metodologias aprimoradas de monitoramento e avaliação, **ENTÃO** o MDA será capaz de acompanhar e ajustar suas políticas e programas de forma mais precisa, garantindo maior impacto e efetividade.
SE forem desenvolvidas iniciativas de gestão inovadoras e capacitações para a equipe do MDA e parceiros, **ENTÃO** o MDA estará mais bem preparado para enfrentar desafios de gestão e governança, melhorando sua capacidade de implementação e supervisão de políticas públicas.
SE forem formuladas e implementadas políticas públicas focadas na inclusão produtiva da agricultura familiar e na produção sustentável de alimentos, **ENTÃO** haverá um fortalecimento da agricultura familiar e uma ampliação da oferta de alimentos saudáveis e diversificados.
SE forem estabelecidos parcerias e programas para apoiar a agricultura familiar com recursos e assistência técnica, **ENTÃO** a produção de alimentos pela agricultura familiar será ampliada, melhorando a oferta de alimentos nos mercados locais e regionais.
SE forem ampliadas as redes de abastecimento e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar, **ENTÃO** haverá uma melhoria na dieta e saúde das populações, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional.
SE forem implementados mecanismos efetivos de participação social, como consultas públicas, fóruns comunitários e conselhos, **ENTÃO** as políticas e programas serão mais alinhados com as necessidades e prioridades das comunidades, promovendo maior inclusão e aceitação e haverá um aumento na transparência e na responsabilidade social, fortalecendo a confiança entre o MDA e a população e melhorando a eficácia das ações.
SE todas estas condições forem observadas, **ENTÃO**, o PNUD e o MDA terão contribuído efetivamente para a superação da fome e o alcance de uma maior segurança alimentar e nutricional no Brasil, com uma agricultura familiar revitalizada e sustentável, apoiando a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável, alinhando-se diretamente com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 10 (Redução das Desigualdades).

A partir do desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho Plurianual serão obtidos os Produtos ali refletidos. Esses Produtos deverão estimular mudanças estruturais que levarão ao alcance de resultados os quais, por sua vez, contribuirão para o alcance do objetivo de desenvolvimento do projeto. Dessa forma, espera-se, ao final da execução do projeto, os seguintes resultados:

- Diagnósticos situacionais e estudos estratégicos que identifiquem lacunas de conhecimento por parte do MDA, possibilitando que o Ministério aprimore sua capacidade de gestão de forma mais eficiente e eficaz.
- Aprimoramento de metodologias de monitoramento e avaliação, contribuindo para que o MDA seja capaz de acompanhar e ajustar suas políticas e programas de forma mais precisa, garantindo maior impacto e efetividade.
- Desenvolvimento de iniciativas de gestão inovadoras e capacitações para a equipe do MDA, capacitando suas equipes para enfrentar desafios de gestão e governança, melhorando sua capacidade de implementação e supervisão de políticas públicas.
- Aprimoramento na estratégia de implementação de políticas públicas focadas na inclusão produtiva da agricultura familiar e na produção sustentável de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e ampliando a oferta de alimentos saudáveis e diversificado.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

- Ampliação de ações de fortalecimento e inclusão produtiva, social e econômica voltadas para mulheres rurais e povos e comunidades tradicionais, valorizando os conhecimentos e saberes tradicionais.
- Ampliação das redes de abastecimento e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar, melhorando a dieta e saúde das populações, contribuindo para a segurança alimentar.
- Implementação de mecanismos efetivos de participação social, como consultas públicas, fóruns comunitários e conselhos, de forma a possibilitar que as políticas e programas do MDA sejam mais alinhados com as necessidades e prioridades das comunidades, promovendo maior inclusão, aceitação e aumento na transparência e na responsabilidade social, fortalecendo a confiança entre o MDA e a população e melhorando a eficácia das ações.

Cooperação com o PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder das Organizações das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento, e constitui-se em uma rede de desenvolvimento global, parceiro de inúmeras instituições em várias instâncias da sociedade para ajudar na construção de nações que possam resistir a crises, sustentando e conduzindo um crescimento capaz de melhorar a qualidade de vida para todos, em contextos democráticos. Presente em 170 países e territórios, o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes.

Atuando no Brasil desde a década de 60, o PNUD tem focado seus esforços na promoção do crescimento inclusivo e sustentável, de forma contínua e em bases democráticas, sempre em parceria com o Estado, a sociedade civil organizada e o setor privado. Tem a constante missão de alinhar seu trabalho às necessidades do país, colaborando no desenvolvimento de políticas, habilidades de liderança, capacidades institucionais, resiliência e, especialmente, erradicação da pobreza e redução de desigualdades e exclusão social.

É nesse contexto que se insere a cooperação técnica internacional proposta, que visa dotar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar de ferramentas alinhadas às melhores práticas internacionais para alavancar o desenvolvimento rural e a agricultura familiar no Brasil.

Este projeto contribui para o Resultado 2 do Documento de Programa do País 2024-2027 do PNUD: Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável. Segundo este documento, “Se as capacidades das instituições para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas sociais forem fortalecidas considerando a interseccionalidade de gênero, raça, etnia e equidade geracional, então o Brasil lidará com as mudanças do mercado de trabalho e gerenciará as pressões do envelhecimento demográfico sobre os sistemas de saúde, assistência social e previdência".

O projeto está também vinculado ao Resultado 2.1 do UNSDCF: “Até 2027, o Brasil terá expandido e fortalecido a proteção social e demais políticas públicas para serem mais intersetoriais, inclusivas, participativas e efetivas, baseadas em evidências, atentas a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e orientadas, em todos os níveis de governo, ao respeito aos direitos humanos e à redução da pobreza, da fome e das desigualdades de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e à promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia e do desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente.

O alinhamento das ações governamentais do MDA com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrange diversos ODS, dentre alguns exemplos:

ODS 1: Erradicação da Pobreza (meta 1.4)

- Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA): Promove a redistribuição de terras e a inclusão produtiva das populações assentadas, assegurando a função social da terra.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): Visa ampliar o acesso à terra para agricultores familiares, quilombolas e comunidades tradicionais, promovendo o desenvolvimento socioeconômico dessas populações.
- Titulação Quilombola: Garante o direito à terra para comunidades quilombolas, promovendo o respeito ao vínculo cultural e ancestralidade dessas comunidades.

ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável (metas 2.1, 2.3, 2.4)
- Programa Mais Alimentos: Amplia o acesso dos agricultores familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Promove a comercialização e compras públicas da agricultura familiar.
- Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB): Visa ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados, promovendo a soberania alimentar.
- Titulação Quilombola: Garante o direito à terra para comunidades quilombolas.

ODS 5: Igualdade de Gênero (meta 5.a)
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Assegura a participação de mulheres rurais.
- Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana: Promove a agricultura sustentável em áreas urbanas e periurbanas, com foco na inclusão de mulheres.
- Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA): Contribui para a equidade de gênero no acesso à terra.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): Promove a inclusão econômica das mulheres.
- Titulação Quilombola: Garante direitos às mulheres quilombolas.

ODS 18: Igualdade étnico-racial (meta 9)
- Titulação Quilombola: Garante o direito à terra para comunidades quilombolas.

Reforça-se que o PNUD já possui histórico de cooperação técnica de sucesso na temática. Por mais de 10 anos foi implementado o Projeto BRA/98/012 - “Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável”, entre o PNUD e a Secretaria de Desenvolvimento Rural do antigo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que estabeleceu uma verdadeira mudança de paradigma no que se refere à atuação do Governo Federal junto à agricultura familiar. Tal mudança se processou na introdução de temas até então desconsiderados nas ações de desenvolvimento rural – como as rendas não-agrícolas, a profissionalização das agroindústrias e sua estruturação em redes, os esquemas de seguro-renda, e outros. Além do aspecto temático, diversas alterações na forma de disponibilização dos recursos do Orçamento Geral da União – como as chamadas de projetos, que focalizaram a demanda por recursos de capacitação em função de diretrizes claramente estabelecidas – contaram com a contribuição qualificadora e específica disponibilizada pelos técnicos do Projeto.

Na sequência deste Projeto foi implementado, também com o MDA, o Projeto BRA/11/009 – Fortalecimento da Agricultura Familiar, com foco no apoio técnico rural, fortalecimento de pequenos agricultores sobre o acesso a políticas públicas no setor, e no fortalecimento de capacidades de pequenos agricultores. Alguns desdobramentos do projeto incluem: a construção de uma estratégia geral de monitoramento; avaliação e desenvolvimento de observatório das políticas públicas para a agricultura familiar; bem como o desenvolvimento de análises de demanda, metodologias, qualificações e avaliações da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar.

Outras iniciativas na área são:
- O projeto Dom Távora atingiu com sucesso seu objetivo de reduzir a pobreza rural em Sergipe. Entre as 6 mil famílias atendidas, observou-se a redução de 10% da pobreza rural. Através do fornecimento de recursos, capacitações, assistência técnica e formalização de associações e cooperativas de produtores, o projeto incrementou a produção rural, gerou renda aos mais pobres e garantiu a segurança alimentar de milhares de camponeses.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

- No marco do *Innovation Challenge*, foram selecionados 4 projetos relacionados com a área, quais sejam: o projeto “Aplicação da desidratação de alimentos na agricultura familiar de Teresina e região como ferramenta sustentável para agregar renda”; o projeto de sistemas de irrigação movidos a energia solar, que instalou sistemas de irrigação em 10 comunidades do semiárido do Piauí; e o projeto de criação de uma plataforma online de vendas de alimentos orgânicos da agricultura familiar no assentamento Novo Zabelê, no Piauí; o projeto de fortalecimento alimentar do povo Sateré-Mawé da terra indígena Andirá Marau.
- Em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o projeto de Cooperação Sul-Sul “Estratégia Conjunta para o Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe” viabilizou em 11 países da América Latina e Caribe ações de suporte à alimentação escolar em contexto de reabertura segura das instituições de ensino, de acordo com normas e protocolos elaborados pelas autoridades de educação e saúde de cada país.
- Registra-se também a experiência no escopo do Projeto BRA/20/G31 - Sétima Fase Operacional do Programa de Pequenas Subvenções do GEF no Brasil. O projeto tem como objetivo promover resiliência social, econômica e ecológica em paisagens nos biomas Cerrado e Caatinga por meio de atividades de base comunitária que gerem benefícios ambientais globais e desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, espera-se que o presente Projeto, realizado em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o PNUD, embasando-se em visão sistêmica da realidade nacional e do contexto socioeconômico brasileiro, permita o aporte de conhecimentos que alavanquem a sustentabilidade e a resiliência da agricultura familiar no país.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

III. RESULTADOS E PARCERIAS

O presente Projeto visa desenvolver e implementar estratégia de reestruturação e fortalecimento institucional do MDA, a partir de diagnósticos situacionais, estudos estratégicos, aprimoramento de metodologias de monitoramento e avaliação de programas e políticas e desenvolvimento de iniciativas de gestão inovadoras com vistas a desenvolver capacidades técnicas e ampliar a capacidade de governança do MDA para fortalecer sua atuação junto ao seu público-alvo.

Os resultados desta parceria não se limitam ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Ao buscar o alcance dos ODSs, preveem-se benefícios à população em geral, com a geração de mais empregos, renda, melhores serviços públicos, aumento da produtividade, competitividade e melhoria do ambiente de negócios. Espera-se que o projeto gere externalidades positivas para a inclusão social e para economia nacional.

A seguir apresentam-se os principais produtos do Projeto. A Matriz de Resultados deste documento especifica e detalha os indicadores associados ao desenvolvimento de cada produto.

1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido.

A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) trouxe a necessidade de uma reestruturação abrangente para fortalecer sua capacidade de implementar políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultores familiares. Nos primeiros 18 meses de existência, o MDA realizou um planejamento estratégico detalhado, incluindo a redefinição de missão, visão e objetivos, e identificou a necessidade de aprimorar a governança e gestão. Isso levou à criação do Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações (DAMEI), responsável por desenvolver diagnósticos e metodologias para monitoramento e avaliação das políticas do MDA.

Além disso, o MDA está comprometido com a promoção da transparência e integridade, conforme os normativos federais, e participa do 6º Plano Nacional de Governo Aberto, focando na inclusão e participação social. A integração e articulação das Superintendências Estaduais também são essenciais, exigindo um planejamento estratégico coeso e capacitação adequada. O MDA também está intensificando sua cooperação internacional e regional, destacando-se na integração regional com a REAF/MERCOSUL e ampliando o diálogo político em fóruns como OTCA e CELAC, com o objetivo de fortalecer acordos de cooperação e enfrentar desafios globais relacionados à agricultura familiar.

Para superar estes desafios, pretende-se lançar mão de contratação de consultorias pessoas físicas e jurídicas, as quais deverão desenvolver metodologias de monitoramento de políticas e programas, elaborar estudos técnicos estratégicos e estudos de mercado, capacitar servidores e outros atores chave para a adequada implementação de políticas públicas.

As atividades previstas neste componente estão centralizadas na Secretaria Executiva do MDA e são:

- 1.1 Elaborar estudos e avaliações para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas com vistas à transição para um sistema alimentar baseado na agricultura familiar
- 1.2 Desenvolver e testar estratégias inovadoras de articulação federativa e legislativa
- 1.3 Realizar missões e eventos internacionais para identificar boas práticas, fomentar a cooperação internacional e a integração regional em torno da agricultura familiar
- 1.4 Criar, testar e aprimorar instrumentos de mapeamento, diagnóstico, prevenção e resolução pacífica de conflitos agrários
- 1.5 Mapear e estabelecer processos para fortalecer e integrar as Superintendências Estaduais do Desenvolvimento Agrário

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

2 - Soberania alimentar por meio da implementação de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida

Com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram criadas duas novas secretarias: a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB) e a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ). A SEAB enfrenta desafios significativos, incluindo a promoção da comercialização de produtos da agricultura familiar, a garantia de acesso a alimentos saudáveis e a gestão de estoques e preços. A parceria com o PNUD visa aprimorar programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), além de capacitar agricultores e melhorar a infraestrutura de abastecimento. A SEAB também busca fortalecer o cooperativismo e a agroindustrialização, enfrentando desafios na certificação e reconhecimento dos produtos da agricultura familiar, e garantindo acesso a crédito e assistência técnica.

A SETEQ foca na inclusão e reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, que historicamente foram invisibilizados. A secretaria enfrenta dificuldades na implementação de políticas que considerem as especificidades desses grupos devido à falta de marcadores eficazes e dados atualizados. O projeto busca criar estratégias para melhorar a visibilidade e inclusão desses povos nas políticas públicas, realizando diagnósticos e estudos que permitam a formulação de programas mais eficazes e a construção de ferramentas de gestão colaborativa.

As atividades previstas são:

- 2.1 Realizar diagnósticos para proposição de ações inovadoras e aprimoramento de aspectos logísticos de distribuição e abastecimento com vistas a ampliar a comercialização, o acesso e o consumo de alimentos da agricultura familiar.
- 2.2 Realizar diagnósticos e propor iniciativas estruturantes para fortalecer a organização da produção, processamento, beneficiamento, armazenamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar.
- 2.3 Criar, testar e aperfeiçoar metodologias de certificação adaptadas à produção da agricultura familiar, extrativistas, quilombolas e comunidades tradicionais e de seus empreendimentos, práticas sustentáveis e recursos genéticos.
- 2.4 Aprimorar mecanismos de fortalecimento e inclusão produtiva, social e econômica de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para valorizar os saberes tradicionais.
- 2.5 Aprimorar os critérios técnicos voltados para a gestão territorial de áreas destinadas a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).
- 2.6 Realizar diagnósticos e propor estratégias para promover a autonomia econômica das mulheres do campo, das florestas e das águas.

3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+

O MDA gerencia a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que atua na formulação de políticas para fortalecer a agricultura familiar, a reforma agrária e o abastecimento alimentar. Contudo, há uma necessidade de aprimorar os processos participativos e a eficácia das políticas públicas por meio de estudos e diagnósticos, especialmente em relação à integração com direitos de povos e comunidades tradicionais, mulheres rurais, juventude do campo, e pessoas com deficiência.

Adicionalmente, o MDA enfrenta o desafio de combater o êxodo rural e o envelhecimento da população rural através da implementação do programa "Sucessão Rural", necessitando de diagnósticos e ações específicas para incentivar a permanência da juventude no campo e fortalecer a agricultura familiar. A Subsecretaria de Mulheres Rurais também demanda melhorias na metodologia de planejamento e avaliação para maximizar sua eficácia.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) foi escolhida para implementar parte do projeto devido à sua expertise em cidadania, políticas públicas e desenvolvimento territorial, ajudando o MDA a enfrentar esses desafios e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A parceria será formalizada por meio de assinatura de Carta-Acordo entre o PNUD e a FLACSO, onde constarão o detalhamento dos Produtos e do plano de trabalho.

As atividades previstas são:

- 3.1 Construir processos participativos de elaboração e gestão de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.
- 3.2 Elaborar estudos e diagnósticos para a promoção e a inclusão da participação social de diferentes segmentos no planejamento e execução de políticas públicas de agricultura familiar.

4 - Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas

O PNUD mobilizará sua experiência e capacidade técnica para apoiar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na implementação do projeto por meio da realização de estudos, desenvolvimentos de bases conceituais, metodologias, avaliações e implementação de projetos, criação de ambientes para diálogo e de estratégias de comunicação com os diversos stakeholders da sociedade, desenvolvimento de modelos de governança, ações de capacitação e gestão do conhecimento dos projetos realizados, dentre outras.

Para assegurar a qualidade do Projeto sob os aspectos técnicos e gerenciais, este resultado promoverá atividades de monitoramento e avaliação da execução do projeto, garantindo que as atividades propostas sejam executadas conforme o programado e que os objetivos almejados sejam alcançados, podendo corrigir quaisquer dificuldades e necessidades dentro do esperado.
Tendo em vista as novas demandas dos projetos que deverão ser estruturados e a necessidade de promover o conhecimento a respeito desta temática, pretende-se realizar um registro das atividades e da metodologia desenvolvida pelo Ministério por meio da cooperação técnica para posterior disseminação. Com o objetivo de assegurar a gestão eficiente do projeto, assim como a gestão do conhecimento dos projetos desenvolvidos, poderão ser contratadas consultorias especializadas para a realização das atividades previstas.

Atividades previstas:

- 4.1 Capacitar equipe da unidade gestora para gestão/implementação do projeto.
- 4.2 Realizar reuniões técnicas e missões de monitoramento do projeto
- 4.3 Identificar, sistematizar e disseminar novas metodologias e boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto
- 4.4 Realizar auditoria e avaliação final do projeto

Recursos Necessários para Atingir os Resultados

Os recursos financeiros para esse projeto estarão definidos no orçamento do Projeto e serão utilizados de acordo com as normas financeiras e regulamentos do PNUD. O projeto poderá sofrer adequações sugeridas pelo Diretor Geral do Projeto e pelo Escritório do PNUD, quando sua necessidade se justificar no âmbito do Documento de Projeto acordado pelas partes.

A implementação do Projeto exigirá investimentos em consultorias especializadas para conduzir análises detalhadas e propor soluções inovadoras. Estas consultorias serão fundamentais para orientar estratégias de desenvolvimento sustentável e promover a eficiência da agricultura familiar no país. O apoio desses especialistas garantirá uma abordagem holística, abrangendo aspectos socioambientais, logísticos, de inclusão e de governança, contribuindo assim para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo MDA. Além disso, as consultorias desempenharão um papel essencial na identificação de oportunidades de otimização e na superação de desafios, permitindo que o Projeto avance de maneira eficaz e eficiente.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Para garantir a efetiva transferência de conhecimento no âmbito do Projeto, também está previsto o investimento de recursos no desenvolvimento de estratégias de gestão eficiente e gestão de conhecimento.

Parcerias

O presente projeto apresenta como parceiros, além do PNUD, as entidades vinculadas ao MDA, e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - FLACSO. As partes trabalharão de forma coordenada para a implementação do Projeto e alcance dos resultados. A atuação da FLACSO como Instituição Sub-executora se justifica pelo fato de a FLACSO, o MDA e o PNUD possuírem interesses recíprocos e objetivos institucionais comuns que deverão ser contemplados a partir do trabalho colaborativo entre as três instituições.

Serão engajados também representantes das unidades do Ministério que trabalham direta ou indiretamente com o tema, inclusive em suas 27 unidades estaduais, num processo de disseminação dos conhecimentos acumulados ao longo da implementação do Projeto. A participação da sociedade civil é elemento chave do Projeto, e ocorrerá de forma coordenada ao longo de sua implementação.

Além disso, deverá ser identificada, em momento posterior, uma segunda agência do Sistema Nações Unidas para realização de estudos em conjunto com o Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários (DEMCA), órgão vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Tal parceria será importante para realizar algumas das entregas previstas na atividade 1.5 “Criar instrumentos de mapeamento, diagnóstico, prevenção e resolução pacífica de conflitos agrários”, as quais incluem estudos sobre as estruturas e os elementos da violência no campo no contexto latino-americano e brasileiro; protocolos para o enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas; métodos de sistematização da violência no campo; metodologia para sistematização de conflitos agrários coletivos no Brasil; e sistematização e análise dos registros das escutas desenvolvidas pela equipe do DEMCA com vistas a promover a memória de agricultoras e agricultores familiares e suas lutas pelo direito à terra no Brasil.

O projeto também buscará estabelecer acordos e colaboração com outros parceiros do PNUD, tais como agências de fomento, instituições financeiras, universidades, cooperativas, centros de referência e entidades públicas capazes de ofertar conhecimentos técnicos que contribuam para a implementação dos diferentes produtos.

Riscos

O Projeto tem amplas possibilidades de ser executado com sucesso. O Governo Federal está amplamente comprometido com as ações e metas pactuadas no âmbito do presente projeto e colaborará para o seu pleno alcance. Ademais, cabe mencionar que os temas desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar, representam um enorme ganho para o desenvolvimento do país, independente da gestão em curso, pois trata-se de desenvolvimento de projetos de médio e longo prazo.

No entanto, dada a complexidade do projeto e sua duração estendida, alguns riscos associados ao seu desenvolvimento podem ser identificados. A seguir, estão explanados os principais riscos que podem ameaçar o alcance dos resultados, divididos em categorias:

a. Risco financeiro: refere-se ao risco de indisponibilidade ou atraso de parte dos recursos previstos no orçamento do projeto. Para mitigar estes riscos, a equipe do MDA atuará no monitoramento das previsões orçamentárias e empenhos anuais relacionados ao projeto. Nesse sentido, pretende-se: i) aportar os recursos previstos para o projeto de acordo com a matriz e diligenciar para que sejam transferidos *pari passu* à execução do projeto; ii) alinhar os objetivos do Projeto aos compromissos nacionais de médio e longo prazo, e iii) reforçar o processo interno de entendimento do potencial e da importância do projeto para o alcance da Missão e Visão do órgão, seja junto ao corpo técnico, seja junto à alta direção.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

b. Risco de coordenação: relacionado à necessidade de articulação com distintos atores públicos, privados e agentes financeiros, bem como resistência cultural de gestores em todos os níveis. Para mitigar este risco, a implementação do projeto prevê atividades voltadas à sensibilização de diferentes órgãos e o engajamento dos servidores públicos que atuam na elaboração e monitoramento das políticas públicas e avaliação de resultados, de maneira a reforçar o processo interno de entendimento do potencial e da importância do projeto para os objetivos do Ministério e do país como um todo.
c. Risco técnico: dada a complexidade e abrangência do tema, pode haver dificuldades de identificação e contratação de parceiros capazes de executar eficientemente todos os produtos esperados. Para mitigar este risco, pretende-se investir no levantamento prévio de possíveis parceiros capazes de atuar em rede e na elaboração de termos de referência adequados às necessidades do projeto.
d. Risco político: a duração do projeto vai além dos mandados da atual gestão federal (2023-2026), o que traz riscos de continuidade que podem decorrer de mudanças na visão estratégica dos governos. Para mitigar este risco, propõe-se a realização de reuniões de monitoramento e reuniões anuais tripartite do projeto, as quais servirão de insumo para a elaboração de uma agenda de transição para uma eventual nova gestão. Propõe-se, também, o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para divulgar informações sobre a evolução dos investimentos e seu impacto nos indicadores econômicos e sociais do país, visando reforçar a importância de manutenção de uma agenda de médio e longo prazos para o fortalecimento institucional das políticas do MDA alinhada aos objetivos do Projeto. Esta estratégia de comunicação deverá reforçar a ideia de que o tema se baseia em planejamento de médio e longo prazos que proporcionará ganhos para o desenvolvimento do país, independentemente da gestão em curso.

O mapeamento completo dos riscos relacionados ao projeto, assim como os mecanismos identificados para sua mitigação, é detalhado na Matriz de Risco deste PRODOC.

Engajamento dos Beneficiários

O projeto trará benefícios significativos para o governo, pois ajudará a fortalecer a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social de seu público-alvo, com fomento à produção sustentável e à geração de renda, com foco especial nos jovens do campo, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais, agricultores com deficiência e LGBTQIAPN+, contribuindo assim com o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade adequada, principalmente por pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A população será beneficiada diretamente pela transformação dos sistemas alimentares, a partir do incentivo à produção de alimentos mais saudáveis e resilientes às mudanças climáticas por parte de agricultoras e agricultores familiares. É importante ressaltar que o projeto prevê a participação social, permitindo que a população contribua com suas opiniões e necessidades, garantindo assim que as soluções propostas atendam verdadeiramente às demandas da comunidade. Por meio do projeto, a população também se beneficiará indiretamente do desenvolvimento econômico e da geração de empregos gerados pela melhoria da elaboração e implementação das políticas e programas voltados para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável.

Intercâmbio de Experiências Internacionais

Considerando a visão do Ministério de ampliar suas ações na área internacional, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências internacionais é extremamente importante. O conhecimento e a adoção de melhores práticas desenvolvidas por outros países e entes nacionais, bem como a capacitação e a troca de experiência entre técnicos do Ministério e de órgãos assemelhados em países de referência é ponto estratégico no presente projeto, sendo o PNUD um parceiro de extrema relevância para auxiliar na identificação dessas práticas e na viabilização da troca de experiências internacionais.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Destaca-se, ainda, o interesse do Ministério de contribuir, aportando suas experiências nos fóruns adequados, auxiliando outros países da África e da América Latina a enfrentarem desafios que o Brasil tenha tido sucesso em enfrentar.

Conhecimento

O Projeto desenvolverá metodologias para o planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, mapeará boas práticas nacionais e internacionais e elaborará estudos e diagnósticos que contribuam para aprimorar as políticas públicas e o processo de transferência de conhecimento.

Para todo o conhecimento produzido, estão previstas ações voltadas à gestão do conhecimento que incluem a sistematização e disseminação de novas metodologias e conteúdos desenvolvidos com apoio do projeto. Estão previstas, também, ações de capacitação de gestores públicos.

Sustentabilidade e Escala

O projeto atribui grande relevância à gestão do conhecimento e às ações que serão realizadas para a incorporação deste conhecimento pelo corpo técnico, abrangendo os conteúdos das políticas públicas que compõem o processo, garantindo a sustentabilidade dos resultados das ações, programas e políticas estruturados, bem como sua replicabilidade e escalabilidade para gestão de novas oportunidades de projetos de investimento.

A estratégia de implementação do projeto está baseada no desenvolvimento de capacidades dos servidores do Ministério, com transferência das metodologias desenvolvidas no âmbito do projeto e, onde aplicável, formação de multiplicadores, de forma a garantir a plena internalização dos produtos desenvolvidos. Nesse sentido, o projeto apresenta características de perpetuação e escala, uma vez que as ações desenvolvidas darão origem a resultados e processos que serão incorporados às rotinas e possibilitarão ao órgão um melhor cumprimento de sua missão.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

IV. GESTÃO DO PROJETO

Eficiência e Efetividade

A eficiência e a eficácia na implementação do projeto serão asseguradas por meio de um planejamento cuidadoso, do desenvolvimento de planos de trabalho de curto e médio prazos e da definição de procedimentos de gestão que incluam: comunicação; gerenciamento de riscos; adesão às regras de aquisição; práticas e controles rígidos de gestão financeira; monitoramento de contratos; relatórios e análises financeiras.

O projeto irá se beneficiar da experiência, das lições aprendidas e das boas práticas do PNUD no gerenciamento de Acordos de Cooperação firmados com outros órgãos governamentais, especialmente na condução e no gerenciamento de contratos com consultorias e no engajamento das áreas envolvidas para viabilizar o alcance dos resultados esperados.

A qualidade e a relevância dos produtos serão asseguradas pela realização de monitoramento regular, envolvendo o MDA e o PNUD Brasil. O monitoramento também proporciona uma oportunidade para identificar necessidades de ajustes e oportunidades de melhorias.

Gestão do Projeto

Este projeto vincula a ação de três instituições: o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que será a agência executora das atividades do projeto; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que prestará a cooperação técnica, bem como colaborará com o governo federal no acompanhamento do projeto; e a Agência Brasileira de Cooperação, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE, que acompanhará as ações decorrentes do projeto.

A intervenção terá seu foco em todo o território nacional. A implementação do projeto demandará o apoio e a participação de servidores do MDA, que oferecerá insumos técnicos e operacionais necessários à implementação do projeto.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

V. MATRIZ DE RESULTADOS

Produtos Esperados	Indicadores de Produto	Fonte do Dado	Linha de Base		Metas					Método de Coleta do dado
			Valor	Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Final	
1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e na inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovida	Número de estudos técnicos estratégicos elaborados	MDA	0	2024	4	3	2	1	10	Relatório de Progresso
	Número de processos aprimorados	MDA	0	2024	4	2	1	1	8	Relatório de Progresso
	Número de programas em que foram aplicadas metodologias de pesquisa e análise de dados	MDA	0	2024	3	2	1	0	6	Relatório de Progresso
	Número de diagnósticos realizados	MDA	0	2024	4	3	2	1	10	Relatório de Progresso
	Número de avaliações realizadas	MDA	0	2024	2	2	3	3	10	Relatório de Progresso
	Número de servidores capacitados	MDA	0	2024	20	20	10	10	60	Relatório de Progresso
2. Soberania alimentar por meio do aprimoramento de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativimo e etnodesenvolvimento promovida	Número de metodologias desenvolvidas	MDA	0	2024	3	3	1	1	8	Relatório de Progresso
	Número de estudos de mercado desenvolvidos	MDA	0	2024	3	3	1	1	8	Relatório de Progresso
	Número de pessoas capacitadas	MDA	0	2024	50	50	50	20	170	Relatório de Progresso
	Número de estudos técnicos elaborados	MDA	0	2024	4	3	2	1	10	Relatório de Progresso
	Número de diagnósticos realizados	MDA	0	2024	5	1	1	1	8	Relatório de Progresso
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+	Guia ou programa de capacitação para promover a participação social estabelecido.	MDA	0	2024	0	1	0	0	1	Relatório de Progresso
	Campanhas de comunicação para divulgar ações de participação social criadas.	MDA	0	2024	6	4	2	2	14	Relatório de Progresso
	Metodologia de mensuração da qualidade de participação social criada.	MDA	0	2024	0	1	0	0	1	Relatório de Progresso
	Participação de 50% das mulheres nas atividades	MDA	0	2024	0,3	0,4	0,5	1	0,5	Relatório de Progresso
	Representação das comunidades tradicionais em 100% das atividades	MDA	0	2024	0,6	0,7	0,8	100	100	Relatório de Progresso
	Participação de jovens em 100% das atividades	MDA	0	2024	0,6	0,7	0,8	1	100	Relatório de Progresso
	Participação de PCDs em 60% das atividades	MDA	0	2024	0,2	0,4	0,6	0	60	Relatório de Progresso
	Participação de representante LGBTQIAPN+ em 60% das atividades	MDA	0	2024	0,2	0,4	0,6	0	100	Relatório de Progresso
	Guias práticos da participação social produzidos	MDA	0	2024	3	2	1	1	8	Relatório de Progresso
	Número de oficinas participativas realizadas	MDA	0	2024	8	6	3	3	20	Relatório de Progresso
	Instrumento de acompanhamento e transparência de participação estabelecido	MDA	0	2024	0	1	0	0	1	Relatório de Progresso
	Publicação com sistematização dos processos	MDA	0	2024	0	1	0	1	2	Relatório de Progresso
4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas	Número de supervisores de consultorias capacitados	MDA	0	2024	10	10	5	5	25	Relatório de Progresso
	Manual de gestão do projeto elaborado	MDA	0	2024	1	0	0	0	1	Relatório de Progresso
	Avaliação do projeto realizada	MDA	0	2024	0	0	0	0	1	Relatório de Progresso

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

De acordo com as políticas e procedimentos do PNUD, o projeto será monitorado e avaliado de acordo com o plano abaixo:

Plano de Monitoramento

Atividade de Monitoramento	Frequência	Custo	Cronograma
Revisão Anual: Revisão orçamentária, financeira e dos resultados	Anualmente		Legenda:
Visita de Monitoramento e Gestão de Riscos Usar a matriz de risco anexa e ativar e monitorar no Quantum, incluir as medidas previstas pelo UNDP's Social and Environmental Standards	Trimestralmente		
Combined Delivery Report - relatório de gastos do projeto	Jul, Nov, Fev		
Relatório de Progresso Apresentado ao Comitê de Acompanhamento do Projeto mostrando os resultados atingidos em comparação às metas previstas, atualização da matriz de riscos e medidas de mitigação	Anualmente e ao final do projeto		
SIGAP –Sistema de monitoramento da ABC	Trimestralmente		
Reunião Tripartite do Comitê de Acompanhamento do Projeto (PNUD, ABC e Agência Executora) Análise do desempenho do projeto, execução orçamentária, revisão do plano multianual, lições aprendidas	Anualmente		
Comunicação de Resultados Publicar os resultados do projeto por meio do PNUD e do parceiro, suas redes sociais, publicações, vídeos, etc.	Anualmente		
Lições Aprendidas Registrar e integrar ao projeto	Anualmente		Auditorias anuais poderão ainda ser realizadas no projeto, como definido pelas regras do PNUD.

Ano	*Jan*	*Fev*	*Mar*	*Abr*	*Mai*	*Jun*	*Jul*	*Ago*	*Set*	*Out*	*Nov*	*Dez*
2025				*VM /GR /SG*		*VM/GR/SG*	*CDR*		*VM/GR/SG*		*CDR*	*VM/GR/SG RP/TPR/LA/CR*
2026		*CDR*	*VM/GR/SG*	*RA*		*VM/GR/SG*	*CDR*		*VM/GR/SG*		*CDR*	*VM/GR/SG RP/TPR/LA/CR*
2027		*CDR*	*VM/GR/SG*	*RA*		*VM/GR/SG*	*CDR*		*VM/GR/SG*		*CDR*	*VM/GR/SG RP/TPR/LA/CR*
2028		*CDR*	*VM/GR/SG*	*RA*		*VM/GR/SG RP/TPR/LA /CR*						

RA- Revisão Anual
VM/GR- Visita de Monitoramento e Gestão de Riscos
CDR- Combined Delivery Report
SG- (SIGAP)Sistema de monitoramento da ABC
RP - Relatório de Progresso;
TPR - Reunião Tripartite;
LA- Lições Aprendidas
CR -Comunicação de Resultados

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Plano de Avaliação

Tipo de Avaliação	Parceiros	Ano de Finalização	Custo	Fonte de Recursos
Avaliação Final	A ser definido	2028	10.000,00	MDA

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

VII. PLANO DE TRABALHO PLURIANUAL

Produtos Esperados	Atividades Planejadas	Orçamento Planejado Por Ano					Responsável pela implementação	Orçamento Planejado			
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL 4 ANOS		Fonte de Recursos	Nº e Descrição da linha orcamentária	Total (Reais)	Total (Dólares, câmbio fev/2025 = 5,764)
1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido	1.1 Elaborar estudos e avaliações para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas com vistas à transição para um sistema alimentar baseado na agricultura familiar	R$ 960.000,00	R$ 960.000,00	R$ 960.000,00	R$ 450.000,00	R$ 3.330.000,00	MDA	MDA	71300 Consultoria PF	R$ 4.650.000,00	806.731
	1.2 Desenvolver e testar estratégias inovadoras de articulação federativa e legislativa	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 170.000,00	R$ 890.000,00	MDA	MDA			
	1.3 Realizar missões e eventos internacionais para identificar boas práticas, fomentar a cooperação internacional e a integração regional em torno da agricultura familiar	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 500.000,00	R$ 3.500.000,00	MDA	MDA	72100 Consultoria PJ	R$ 6.880.450,00	1.193.694
	1.4 Criar, testar e aprimorar instrumentos de mapeamento, diagnóstico, prevenção e resolução pacífica de conflitos agrários	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 500.000,00	R$ 300.000,00	R$ 2.800.000,00	MDA	MDA			
	1.5 Mapear e estabelecer processos para fortalecer e integrar as Superintendências Estaduais do Desenvolvimento Agrário	R$ 820.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 1.540.000,00	MDA	MDA	71600 Diárias/Passagens	R$ 529.550,00	91.872
	Subtotal componente 01	**R$ 4.020.000,00**	**R$ 3.440.000,00**	**R$ 2.940.000,00**	**R$ 1.660.000,00**	**R$ 12.060.000,00**				**R$ 12.060.000,00**	**2.092.297**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Produtos Esperados	Atividades Planejadas	Orçamento Planejado Por Ano					Responsável pela implementação	Orçamento Planejado			
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL 4 ANOS		Fonte de Recursos	Nº e Descrição da linha orcamentária	Total (Reais)	Total (Dólares, câmbio fev/2025 = 5,764)
2. Soberania alimentar por meio do aprimoramento de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida	2.1 Realizar diagnósticos para proposição de ações inovadoras e aprimoramento de aspectos logísticos de distribuição e abastecimento com vistas a ampliar a comercialização, o acesso e o consumo de alimentos da agricultura familiar.	R$ 1.000.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 2.200.000,00	MDA	MDA	71300 Consultoria PF	R$ 7.050.000,00	1.223.109
	2.2 Realizar diagnósticos e propor iniciativas estruturantes para fortalecer a organização da produção, processamento, beneficiamento, armazenamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar.	R$ 2.300.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 3.500.000,00	MDA	MDA			
	2.3 Criar, testar e aperfeiçoar metodologias de certificação adaptadas à produção da agricultura familiar, extrativistas, quilombolas e comunidades tradicionais e de seus empreendimentos, práticas sustentáveis e recursos genéticos.	R$ 1.000.000,00	R$ 360.000,00	R$ 360.000,00	R$ 150.000,00	R$ 1.870.000,00	MDA	MDA	72100 Consultoria PJ	R$ 8.500.000,00	1.474.670
	2.4 Aprimorar mecanismos de fortalecimento e inclusão produtiva, social e econômica de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para valorizar os saberes tradicionais.	R$ 960.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 2.160.000,00	MDA	MDA			
	2.5 Aprimorar os critérios técnicos voltados para a gestão territorial de áreas destinadas a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).	R$ 3.000.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 4.200.000,00	MDA	MDA	71600 Diárias/Passagens	R$ 430.000,00	74.601
	2.6 Realizar diagnósticos e propor estratégias para promover a autonomia econômica das mulheres do campo, das florestas e das águas	R$ 1.300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 150.000,00	R$ 2.050.000,00	MDA	MDA			
	Subtotal componente 2	**R$ 9.560.000,00**	**R$ 2.660.000,00**	**R$ 2.660.000,00**	**R$ 1.100.000,00**	**R$ 15.980.000,00**				**R$ 15.980.000,00**	**2.772.380**

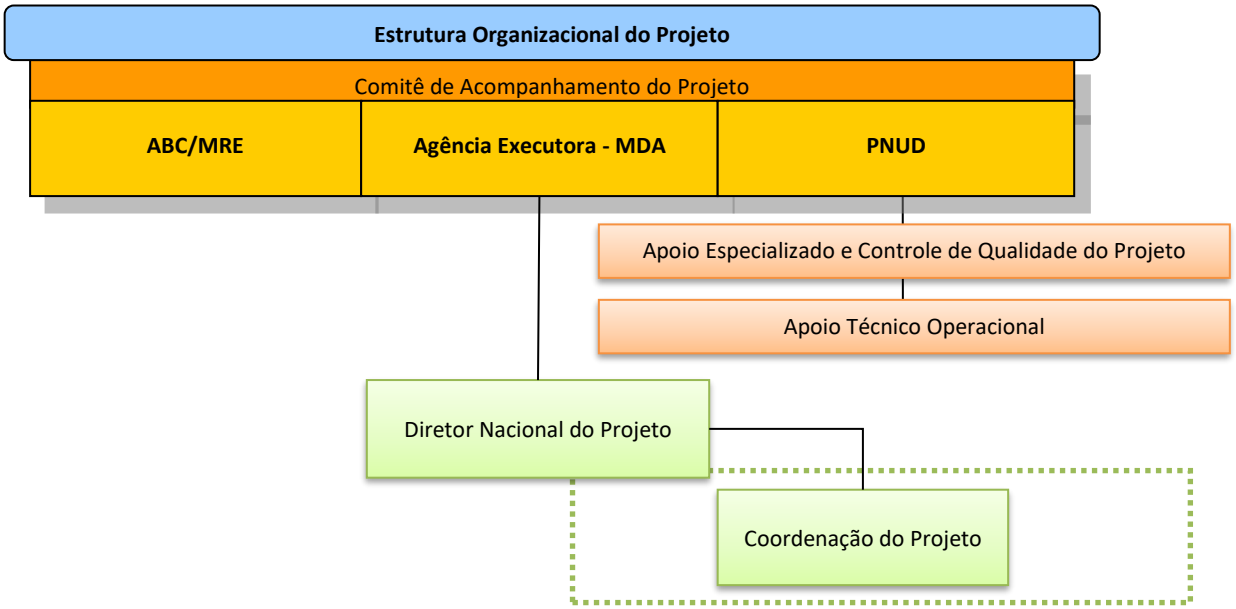
Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Produtos Esperados	Atividades Planejadas	Orçamento Planejado Por Ano					Responsável pela implementação	Orçamento Planejado			
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL 4 ANOS		Fonte de Recursos	Nº e Descrição da linha orcamentária	Total (Reais)	Total (Dólares, câmbio fev/2025 = 5,764)
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+	3.1 Construir processos participativos de elaboração e gestão de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.	R$ 3.700.000,00	R$ 1.250.000,00	R$ 750.000,00	R$ 350.000,00	R$ 6.050.000,00	FLACSO	MDA	72100 Consultoria PJ	R$ 8.000.000,00	1.387.925
	3.2 Elaborar estudos e diagnósticos para a promoção e a inclusão da participação social de diferentes segmentos no planejamento e execução de políticas públicas de agricultura familiar.	R$ 750.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 1.950.000,00	FLACSO	MDA			
	Subtotal componente 3	**R$ 4.450.000,00**	**R$ 1.750.000,00**	**R$ 1.250.000,00**	**R$ 550.000,00**	**R$ 8.000.000,00**				**R$ 8.000.000,00**	**1.387.925,05**
4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas	4.1 Capacitar equipe da unidade gestora para gestão/implementação do projeto.	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00	R$ -	R$ -	R$ 300.000,00	MDA	MDA	71300 Consultoria PF	R$ 150.000,00	26.024
	4.2 Realizar reuniões técnicas e missões de monitoramento do projeto	R$ -	R$ 5.000,00	R$ -	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00	MDA	MDA			
	4.3 Identificar, sistematizar e disseminar novas metodologias e boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto	R$ -	R$ -	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00	R$ 300.000,00	MDA	MDA	72100 Consultoria PJ	R$ 450.000,00	78.071
	4.4 Realizar auditoria e avaliação final do projeto	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	MDA	MDA	71600 Diárias/Passagens	R$ 20.000,00	3.470
	Subtotal componente 4	**R$ 150.000,00**	**R$ 155.000,00**	**R$ 150.000,00**	**R$ 165.000,00**	**R$ 620.000,00**				**R$ 620.000,00**	**107.564,19**
	Subtotal por ano	R$ 18.180.000,00	R$ 8.005.000,00	R$ 7.000.000,00	R$ 3.475.000,00	R$ 36.660.000,00	**Subtotal**			R$ 36.660.000,00	6.360.166,55
	GMS 5%	R$ 909.000,00	R$ 400.250,00	R$ 350.000,00	R$ 173.750,00	R$ 1.833.000,00	**GMS 5%**			R$ 1.833.000,00	318.008
	Total com GMS	R$ 19.089.000,00	R$ 8.405.250,00	R$ 7.350.000,00	R$ 3.648.750,00	R$ 38.493.000,00	**Total**			**R$ 38.493.000,00**	**6.678.174,88**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

VIII. ARRANJOS DE GOVERNANÇA E DE GERENCIAMENTO

Em conformidade com o arcabouço de gerenciamento por resultados adotado pelo PNUD, aplicável a projetos na modalidade de execução nacional – cujo detalhamento poderá ser encontrado no endereço eletrônico: http://content.undp.org/go/userguide/results/ppm-overview/management-structure, onde é detalhada a Estrutura Organizacional para o Gerenciamento de Programa & Projetos – os seguintes interlocutores participarão do acompanhamento e gestão do projeto:



a. Comitê de Acompanhamento do Projeto (Project Board – CP): tem por objetivo representar a função da orientação estratégica para o projeto. Serão incluídos no CP no mínimo três membros, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da ABC e do PNUD. Se for necessário, e diante de contextos específicos, outros membros oficiais podem ser incluídos neste grupo. O Comitê é responsável por tomar as decisões de gestão executiva para o projeto, quando a tal orientação é solicitada pelo Diretor do Projeto, incluindo a aprovação do plano do trabalho e revisões do projeto.
b. A Garantia de Qualidade do Projeto é de responsabilidade de cada membro do Comitê de Acompanhamento do projeto, mas o papel pode ser delegado. Por parte do Comitê, o PNUD atuará como garantia de qualidade do projeto e será responsável por conduzir objetivo e imparcial monitoramento do projeto.
c. Gerente do Projeto (project manager) / Coordenador do Projeto: pessoa designada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, responsável pelo gerenciamento do dia a dia e pela tomada de decisão sobre o projeto no escopo do plano aprovado pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto.

O PNUD disponibiliza o Sistema de Acompanhamento de Projeto (Quantum) que possibilita o monitoramento dos resultados, bem como o acompanhamento físico-financeiro de projetos. A presente Cooperação Técnica será monitorada e acompanhada por esta ferramenta, no nível de produtos, pelo PNUD e demais Órgãos envolvidos. As informações contidas no Quantum também serão de grande valia para o trabalho de auditoria externa e interna do Projeto.

No âmbito da ABC/MRE a Unidade Executora Nacional deverá manter atualizado o Sistema de Informações Gerenciais para o Acompanhamento de Projetos (SIGAP) da ABC por meio de preenchimento sistemático lembrando que o Sistema SIGAP tem por finalidade organizar informações gerenciais referentes ao acompanhamento da execução de projetos de cooperação técnica internacional.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Além do Quantum e do SIGAP, será realizada elaboração de relatórios de progresso físico-financeiro, com informações quantitativas e descrição detalhada dos aspectos qualitativos do Projeto. Esses relatórios serão discutidos e apresentados nas reuniões tripartites anuais.

No que se refere à avaliação, o Projeto deverá contar com uma avaliação final. Esta deverá observar as diretrizes que orientam a avaliação para os resultados e produtos do Projeto, buscando no seu desenho, processos de implementação, gestão, alocação e uso de insumos, bem como no contexto político, institucional e econômico do país ou regiões, os fatores explicativos de seu desempenho.

1 - Atribuições das Partes

1.1 – Atribuições da Agência Executora

A equipe vinculada à Agência Executora terá as seguintes atribuições na execução do projeto:

a. Articular-se com o PNUD, ABC/MRE e outros entes visando ao desenvolvimento das atividades do Projeto de Cooperação Técnica Internacional;
b. Desenvolver os procedimentos para repasse de fundos ao projeto de acordo com cronograma de pagamentos previsto no Documento de Projeto e suas revisões;
c. Detalhar as intervenções propostas no Plano de Trabalho do Projeto de Cooperação Técnica, mediante a elaboração de termos de referência, especificações técnicas, em colaboração com o PNUD;
d. Estabelecer critérios para a seleção de consultores para as atividades previstas no Projeto, em colaboração com o PNUD;
e. Participar da elaboração de processos licitatórios para compra de bens e serviços técnicos, bem como da análise de propostas;
f. Supervisionar, controlar, avaliar e certificar a entrega de bens e serviços adquiridos, zelando pela observância dos padrões de qualidade especificados;
g. Monitorar a implementação física e financeira do Projeto, elaborando relatórios de progresso de acordo com modelos do PNUD e ABC;
h. Desenvolver, em conjunto com PNUD e ABC, exercícios de avaliação intermediária e final do Projeto de Cooperação Técnica, de acordo com cronograma de monitoramento e avaliação estabelecido no Documento de Projeto;
i. Participar de reuniões tripartites e de reunião de avaliação ao final do Projeto;
j. Propor alterações/revisões do Projeto ao PNUD e à ABC, quando necessário;
k. Responder a auditorias internas e externas do Projeto de Cooperação Técnica, mantendo arquivada a documentação necessária;
l. Articular-se com o PNUD sobre assuntos pertinentes aos aspectos técnicos da implementação do Projeto.
m. Articular-se com o PNUD sobre os assuntos pertinentes ao encerramento do projeto, incluindo a observância aos procedimentos do organismo.

Nesse sentido, pode-se dizer que ao Coordenador de Projeto incumbir-se-á de:

a. Avaliar a obtenção das metas e produtos programados;
b. Coordenar e supervisionar os esforços das equipes técnicas das áreas de execução do projeto;
c. Consolidar a programação operacional do projeto;
d. Propiciar suporte técnico e operacional às equipes de execução do projeto;
e. Acompanhar e avaliar o desempenho das diferentes áreas de execução do projeto;
f. Coordenar e supervisionar a elaboração dos Relatórios de Progresso e das Avaliações Intermediária e Final;
g. Submeter planos de trabalho e relatórios de desempenho ao Comitê de Acompanhamento do Projeto
h. Coordenar o trâmite de encerramento do projeto junto ao PNUD, observando os procedimentos do organismo.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Todos os membros integrantes da Unidade Gestora do Projeto pertencem ao quadro de pessoal da Agência Executora e se constituem na contrapartida nacional para implantação do projeto.

1.2 – Atribuições do PNUD

Caberá ao PNUD, em conformidade com suas diretrizes, normas e regulamentos:

a. prestar assessoria técnica ou transferir conhecimentos à Agência Executora em consonância com as atividades técnicas previstas no Documento de Projeto;
b. participar na supervisão, no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos executados no Projeto;
c. colaborar com especialistas de seu quadro regular, segundo as suas disponibilidades, ou contratar consultores, a fim de atender às solicitações da Agência Executora, levando em conta a adequação de sua especialidade com as atividades e os recursos definidos no Projeto;
d. processar, por solicitação da Agência Executora, as ações administrativas necessárias à consecução do objeto de que trata este Documento de Projeto, inclusive a contratação de consultores na modalidade "produto", observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
e. transferir à Instituição Executora a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela Instituição Executora;
f. organizar ações de capacitação de recursos humanos estabelecidas em comum acordo com a Agência Executora;
g. preparar, conjuntamente com a Agência Executora, as revisões orçamentário-financeiras, assim como as revisões do Plano de Trabalho, sempre que necessário, nos termos previstos no Documento de Projeto;
h. gerenciar os recursos financeiros do projeto seguindo seus procedimentos contábeis e financeiros;
i. disponibilizar eletronicamente relatórios de execução financeira do projeto;
j. prestar todas as informações necessárias às atividades de acompanhamento da ABC/MRE;
k. possibilitar o acesso aos documentos relacionados à gestão administrativa e financeira do projeto aos Órgãos de controle e à ABC/MRE.
l. orientar o processo de encerramento do projeto, com base em suas políticas e procedimentos.

1.3 – Atribuições da ABC/MRE

Caberá a ABC/MRE, em conformidade com suas diretrizes, normas e regulamentos, acompanhar o desenvolvimento do Projeto sob os aspectos técnicos, mediante análise dos relatórios anuais recebidos, realizar visitas técnicas a Agência Executora e aos locais de intervenção do Projeto, bem como participar de reuniões periódicas com seus responsáveis e com o PNUD, para fins de verificação do cumprimento dos seus objetivos, metas e resultados.

O Projeto poderá sofrer adequações sugeridas pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto, bem como pelo Representante Residente do PNUD, à medida que sua necessidade se justifique no âmbito do Documento de Projeto acordado. Os recursos financeiros estarão definidos no orçamento e serão utilizados em conformidade com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD. Em temos operacionais, serão observados os Procedimentos do PNUD.

2– Insumos

2.1 - Insumos da Agência Executora

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar colocará à disposição do projeto pessoal técnico e administrativo pertencente ao seu quadro de funcionários sem ônus para o projeto. Para tanto serão considerados os critérios de oportunidade, capacitação específica para o desempenho das atividades e adequação às necessidades identificadas em termos de quantidade de pessoal requerido.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar disponibilizará também instalações físicas, equipamentos, veículos e mobiliário adequados para a execução das atividades do projeto, inclusive aquelas a serem desempenhadas por consultores, técnicos e pessoal de apoio.

Insumos que serão contratados para o projeto estão listados no Anexo I deste Documento de Projeto.

2.2 Insumos do PNUD

a) Apoio Técnico

O PNUD cooperará com a Agência Executora Nacional do Projeto desenvolvendo atividades de cooperação técnica, mobilização e disseminação de conhecimento técnico e apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do mesmo e assistência nos processos de aquisição de bens e serviços e utilização de insumos.

b) Apoio à Execução Nacional

O Governo brasileiro solicita que, para apoiar a execução de projetos administrados sob a modalidade de Execução Nacional, o PNUD coloque à disposição da Agência Executora do Projeto seus mecanismos de preparação de documentos informativos, bem como efetue pagamentos a prestadores de serviços contratados no âmbito dos projetos. O PNUD envidará esforços no sentido de capacitar o Governo brasileiro na execução das atividades identificadas neste projeto.

Neste contexto, o PNUD proverá os seguintes serviços adicionais:

a. assistência no recrutamento, ou recrutamento direto, de profissionais para atuar no projeto;
b. identificação de apoio a atividades de treinamento, concessão de bolsas de estudo, treinamento de curto prazo e viagens de estudo;
c. aquisição de bens e contratação de serviços;
d. acesso aos sistemas mundiais de informação gerenciados pelo PNUD;
e. acesso à rede internacional de escritórios do PNUD;
f. acesso aos sistemas do PNUD sobre informações operacionais, cadastros de consultores, fornecedores e serviços de cooperação para o desenvolvimento.

A responsabilidade do escritório local do PNUD pela prestação de serviços de apoio à execução deverá se limitar aos itens detalhados acima. As regras e os procedimentos para contratação de serviços, aquisição de material permanente e contratação de consultores, bem como as normas pertinentes para execução do Projeto são aquelas constantes dos manuais corporativos do PNUD.

A supracitada assistência poderá sofrer adequações sugeridas pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto, direção da Agência Executora, bem como pelo Representante Residente do PNUD, à medida que sua necessidade se justifique no âmbito do documento de projeto acordado entre as partes. Os recursos financeiros para tal assistência estarão definidos no orçamento do Projeto e serão utilizados em conformidade com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD. Em termos operacionais, serão observados os Procedimentos do Organismo.

Para prover atividades de monitoramento, avaliação externa, sistematização de lições aprendidas e compartilhamento de experiências, a Agência Executora, por meio deste documento, autoriza o Representante Residente do PNUD a utilizar diretamente os recursos previstos nos códigos contábeis com agência de implementação (Impl. Agent) 1981 no sistema Quantum, quando aplicável e necessário, dentro dos limites orçamentários aprovados, de acordo com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD e com a responsabilidade compartilhada com a Agência Executora Nacional.

No provimento pelo PNUD de serviços de apoio à execução de Projetos, serão observadas as disposições dos Artigos pertinentes da Seção “Obrigações e Pré-requisitos” deste Documento de Projeto.

c) Controle de qualidade

Em conformidade com os regulamentos programáticos do PNUD, o organismo cumprirá no projeto o papel de Controle de Qualidade (quality assurance). Esta responsabilidade inclui, principalmente:

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

a. Assegurar que fundos sejam disponibilizados ao projeto;
b. Assegurar que o projeto esteja fazendo progresso com relação aos produtos;
c. Realizar atividades de monitoramento regulares, como visitas periódicas e “pontos de controle”;
d. Assegurar que os recursos confiados ao PNUD sejam utilizados apropriadamente;
e. Assegurar que a informação crítica sobre o projeto seja monitorada e atualizada via sistema Quantum;
f. Assegurar que relatórios de progresso, CDR e demais documentos relevantes sejam submetidos ao Comitê de Acompanhamento de Projetos em tempo hábil:
g. Assegurar que os riscos sejam apropriadamente gerenciados, e que os riscos sejam regularmente atualizados no Quantum.

No caso do presente projeto, o ponto focal do PNUD para este acompanhamento será o Oficial de Programa designado ao projeto pelo organismo.

3 - Sistemática de Recuperação dos Custos

De acordo com as decisões e diretrizes do Conselho Executivo do PNUD a recuperação de custos pelo PNUD se dará por duas categoriais de custos distintas, aplicáveis conforme o caso, quais sejam:

a. Custos Diretos de Projeto relacionados a atividades de Programa, administrativas e Operacionais incorridas para dar suporte à implementação das ações do projeto, sendo, portanto, parte dos gastos previstos para implementação do projeto. Estes custos devem estar inequivocamente relacionados a atividades específicas e/ou serviços transacionais claramente identificáveis. Os custos diretos estimados deverão ser submetidos à aprovação prévia do projeto e devem compor o orçamento do projeto e somente poderão ser cobrados após aprovação de dispositivo legal pertinente.
b. Custos indiretos incorridos pelas estruturas da sede e do escritório local do PNUD, não diretamente atribuídos a projetos ou serviços específicos, a título de ressarcimento de custos incorridos pelo PNUD nas atividades de administração da implementação do presente instrumento (GMS). Tais custos serão recuperados por meio de débito de 5%
c. No provimento pelo PNUD de serviços de apoio à Execução Nacional de Projetos, serão observadas as disposições dos Artigos pertinentes da Seção “Obrigações e Pré-requisitos” deste documento.

4 - Uso de logotipos nos produtos do projeto

Conforme provisões do documento de Obrigações e Pré-Requisitos, Título XIII – “Da Publicação, da Divulgação das Atividades e dos Produtos Gerados”, crédito aos parceiros do projeto deve ser reconhecido em todos os produtos decorrentes do projeto. Neste sentido, a utilização da logomarca do PNUD deve ser incluída nos materiais, publicações, sites etc. realizados pelo projeto. Tal inclusão deverá respeitar a política de comunicação do Organismo e deve se basear em consulta prévia sobre as peças a serem divulgadas.

5 – Arranjos de Auditoria

O projeto será auditado ao menos uma vez ao longo de sua execução, competindo ao PNUD aplicar seus critérios na definição da amostragem de projetos para auditoria durante cada ano fiscal.

6 – Encerramento do projeto

O encerramento do projeto abrange sua finalização em termos:

(i) Operacionais: o encerramento operacional tem foco nos registros e na sistematização da performance geral do projeto, de lições aprendidas, das evidências da conclusão de produtos da matriz lógica e nos encaminhamentos necessários para garantir a sustentabilidade de seus resultados. Uma reunião tripartite final, para análise do relatório de progresso final, será organizada para formalizar o encerramento operacional.

(ii) Financeiros: o projeto poderá ser financeiramente encerrado após operacionalmente concluído e após a confirmação de que todas as transações financeiras tenham sido

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

encerradas. O PNUD emitirá um Combined Delivery Report – CDR final demonstrando a ausência de quaisquer movimentações financeiras relativas ao projeto, sendo este um pré-requisito para o encerramento formal. O projeto deverá ser financeiramente encerrado em até 1(um) ano após declarado como operacionalmente fechado. A emissão de Revisões Orçamentárias Semi-finais e Finais do projeto, emitidas pelo PNUD com base em seus regulamentos, formalizarão o processo de encerramento financeiro. Motivações que causem excepcionalidades ou atrasos a esta orientação devem ser devidamente registradas entre as partes.

Caso intercorrências venham a suscitar a suspensão ou finalização precoce deste projeto, estas questões serão devidamente discutidas e avaliadas entre os signatários deste Documento, de forma a acordar os encaminhamentos necessários.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

IX. CONTEXTO LEGAL PARA PROJETOS DE EXECUÇÃO NACIONAL (DOCUMENTO DE OBRIGAÇÕES E PRÉ-REQUISITOS – VERSÃO NO. 24, DE 14 DE MARÇO DE 2023)

T Í T U LO I
DO OBJETO

Artigo 1º. O presente Documento de projeto **"BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil**, firmado sob a égide do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações para Alimentação e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Internacional", de 29 de dezembro de 1964, em vigor desde 2 de maio de 1966, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, particularmente no que preveem o Artigo I, parágrafo terceiro, o Artigo III e o Artigo IV, tem por objeto "a transformação dos sistemas alimentares e para a superação da fome no Brasil, por meio da inclusão produtiva da agricultura familiar com vistas à ampliação da oferta de alimentos saudáveis e com resiliência climática para todos os brasileiros". Para a efetivação desse objeto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, em nome do Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento têm ajustado entre si o presente Documento de Projeto que contempla atividades financiadas com recursos com recursos do tesouro.

Parágrafo Único. O Projeto BRA/25/005 apresenta como seus principais produtos (*outputs*):

1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido
2. Soberania alimentar por meio do aprimoramento de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+
4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas

T Í T U L O II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Artigo 2º. O presente Documento de Projeto BRA/25/005 define de maneira pormenorizada:

I. a identificação do órgão ou a entidade executora nacional e do organismo internacional cooperante e suas respectivas obrigações;
II. o contexto, a justificativa, a estratégia;
III. os objetivos (*outcomes*), seus respectivos resultados esperados (*outputs*) e as atividades;
IV. os recursos financeiros e o detalhamento das respectivas fontes;
V. os insumos físicos e humanos, nacionais e internacionais, necessários à execução e implementação do projeto;
VI. o cronograma de execução do projeto Projeto BRA/25/005;
VII. o cronograma de desembolsos;
VIII. o cronograma de elaboração de relatórios e avaliações;
IX. a vigência;
X. as disposições sobre a prestação de contas;
XI. as disposições relativas à auditoria independente, contábil e de resultados;
XII. a taxa de administração, quando couber;
XIII. as disposições acerca de sua suspensão e extinção; e

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

XIV. tabela contendo síntese dos termos de referência dos postos de consultoria requeridos para a sua execução, os quais deverão ser encaminhados à ABC/MRE e ao PNUD quando da pretensão de início do processo seletivo dos consultores ou anualmente, conforme a conveniência do projeto.

Artigo 3º. Na implementação do Projeto BRA/25/005, a execução dos serviços administrativos e financeiros observará as regras e os procedimentos do PNUD atinentes à modalidade de Execução Nacional de Projetos.

Parágrafo Único. As aquisições de bens e contratações de serviços custeados com recursos próprios nacionais serão regidas pelas regras e os procedimentos de licitação do "Manual de Convergência de Normas Licitatórias do PNUD aprovado pelo Tribunal de Contas da União", observando-se os princípios de impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

T Í T U L O III
DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Artigo 4º. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
I. a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, doravante denominada "ABC/MRE", como instituição responsável pelo acompanhamento, em nível governamental, das ações decorrentes do presente Documento de projeto,
II. o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Documento de projeto.

Artigo 5º. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, doravante denominado "PNUD", designa seu Escritório no Brasil como instituição responsável pelo apoio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no desenvolvimento das ações decorrentes do presente Documento de projeto.

T Í T U L O IV
DAS OBRIGAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Artigo 6º. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:
I. por meio da ABC/MRE, acompanhar o desenvolvimento do projeto sob os aspectos técnicos e administrativos, mediante análise dos relatórios anuais recebidos, visitas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e reuniões periódicas com seus responsáveis e com o PNUD, para fins de verificação do cumprimento dos seus objetivos, metas e resultados.
II. por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar,
a. designar o Diretor e o Coordenador Nacional do Projeto, respectivamente;
b. planejar e implementar o plano de trabalho do projeto, dentro do cronograma estabelecido, com a colaboração do PNUD;
c. executar e gerenciar as atividades necessárias à implementação da/o projeto
d. providenciar, quando couber, contribuições financeiras, conforme o Cronograma de Desembolsos refletido no Documento de projeto e em revisões subsequentes, bem como proporcionar infraestrutura local, informações e facilidades necessárias à implementação das atividades;
e. elaborar os termos de referência e as especificações técnicas para a contratação de consultores na modalidade "produto", aquisição de bens e prestação de serviços necessários à implementação das atividades do projeto.
f. providenciar para que o processo de seleção e contratação de consultoria pessoa física na modalidade "produto" observe os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência,
g. autorizar o pagamento dos serviços técnicos de consultoria, após a aceitação do produto ou de suas etapas conforme critérios técnicos e qualitativos;

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

h. solicitar ao PNUD a transferência da propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do projeto imediatamente após seu pagamento e atesto de recebimento definitivo;
i. manter o inventário do projeto atualizado;
j. propor modificações e ajustes necessários ao bom andamento da/o projeto à ABC/MRE e ao PNUD;
k. preparar Relatório de Progresso que deverá ser submetido, anualmente, à análise da ABC/MRE e do PNUD;
l. preparar Relatório Final que deverá ser apresentado à ABC/MRE e ao PNUD no prazo máximo de 120 dias após o encerramento do projeto
m. preparar relatórios financeiros e prestações de contas que vierem a ser exigidos pelos órgãos de controle nacionais e pelas instituições financiadoras externas eventualmente associadas ao projeto;
n. observar os procedimentos a serem estabelecidos pela ABC/MRE, com vistas a contribuir para o acompanhamento da execução do projeto.

Parágrafo Único. A definição dos termos de referência e especificações técnicas para a aquisição de bens e contratação de serviços a que se refere a letra “e” do inciso II do presente artigo poderá contar com a assessoria técnica do PNUD.

Artigo 7º. Em conformidade com suas políticas, normas, regulamentos e procedimentos, caberá ao PNUD:
I. prestar assessoria técnica ou transferir conhecimentos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em consonância com as atividades técnicas previstas no Documento de projeto.
II. participar na supervisão, no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos executados no projeto.
III. colaborar com especialistas de seu quadro regular, segundo as suas disponibilidades, ou contratar consultores, a fim de atender às solicitações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, levando em conta a adequação de sua especialidade com as atividades e os recursos definidos na/o projeto.;
IV. processar, por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, as ações administrativas necessárias à consecução do objeto de que trata este Documento de projeto, inclusive a contratação de consultores na modalidade “produto”, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
V. transferir à Instituição Executora a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do projeto imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela Instituição Executora;
VI. organizar ações de capacitação de recursos humanos estabelecidas em comum acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
VII. preparar, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, as revisões orçamentário-financeiras, assim como as revisões do Plano de Trabalho, sempre que necessário, nos termos previstos no Documento de projeto;
VIII. gerenciar os recursos financeiros do projeto seguindo seus procedimentos contábeis e financeiros;
IX. disponibilizar mensalmente relatórios de execução financeira do projeto;
X. prestar todas as informações necessárias às atividades de acompanhamento da ABC/MRE;
XI. possibilitar o acesso aos documentos relacionados à gestão administrativa e financeira do projeto aos órgãos de controle e à ABC/MRE.

T Í T U L O V
DA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Artigo 8. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar indicará ao PNUD e à ABC/MRE os nomes das pessoas respectivamente responsáveis pela Direção e Coordenação do Projeto.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Parágrafo Único. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, designará os responsáveis pela ordenação de despesa do Projeto, devendo estes ser integrantes dos seus quadros de pessoal efetivo ou ocupantes de cargos em comissão.

T Í T U L O VI
DO ORÇAMENTO DO PROJETO

Artigo 9. O valor dos créditos orçamentários deste Documento de Projeto é de R$ 38.493.000,00 (trinta e oito milhões e quatrocentos e noventa e três mil Reais) correspondente a US$ 6,678,174.88 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e setenta e quatro dólares e oitenta e oito centavos), calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de fevereiro de 2025 (R$ 5,764 = US$ 1,00). Este valor será objeto de ajustes segundo variação da taxa operacional das Nações Unidas durante a vigência do projeto.

I.Os créditos orçamentários citados no *caput* deste Artigo serão apropriados como segue:
II.

1. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 608 1191 210V - Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia – Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
2. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 606 1191 210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
3. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 127 5136 210X - Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
4. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 608 5636 21B9 - Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
5. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 127 5136 21G7 - Governança e Regularização Fundiária Nacional - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
6. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 606 1191 21GB - Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
7. Classificação Funcional Programática 10.49101.21.693.1191.21GC - Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira no Cenário Internacional - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta
8. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 608 5636 8622 - Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

9. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 606 1191 21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

10. Classificação Funcional Programática 10 49101 21 122 0032 2000 - Administração da Unidade - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

11. Classificação Funcional Programática 10.49201.21.422.5136.210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo – Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

12. Classificação Funcional Programática 10.49101.21.122.0032.21HB - Gerenciamento das Políticas de Desenvolvimento Agrário - Unidade Orçamentária 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

O valor de R$ 38.493.000,00 (trinta e oito milhões e quatrocentos e noventa e três mil Reais), em consonância com o respectivo Cronograma de Desembolsos:

- No exercício de 2025 - R$ 19.089.000,00 (dezenove milhões e oitenta e nove mil Reais) oriundos do Orçamento Geral da União;
- No exercício de 2026 - R$ 8.405.250,00 (oito milhões, quatrocentos e cinco mil e duzentos Reais) oriundos do Orçamento Geral da União;
- No exercício de 2027 - R$ 7.350.000,00 (sete milhões e trezentos e cinquenta mil Reais) oriundos do Orçamento Geral da União; e
- No exercício de 2028 - R$ 3.648.750,00 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e setecentos e cinquenta Reais) oriundos do Orçamento Geral da União.

III. Dentro da vigência deste Documento de Projeto, observar-se-á o respectivo Cronograma de Desembolso refletido no orçamento do Projeto e em suas respectivas revisões.

IV. Os valores de contribuição do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar poderão ser suplementados, mediante autorização governamental, por meio de Revisões, em conformidade com as necessidades e a disponibilidade financeira do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respeitada a legislação nacional pertinente.

T Í T U L O VII
DA ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

Artigo 10. A administração dos recursos financeiros de contrapartida nacional, expressos no Artigo 11, será feita pelo PNUD de acordo com as políticas, as normas e os regulamentos financeiros do referido organismo internacional e observará o seguinte:

I. Os recursos para a execução do projeto serão depositados e contabilizados em dólares norte-americanos e administrados de acordo com as normas e os procedimentos financeiros do PNUD;

II. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar transferirá os recursos previstos no Cronograma de Desembolsos em favor do PNUD, mediante depósito na seguinte conta: UNDP Representative in Brazil USD Account; Bank of America, 1401 Elm St., Dallas TX 75202; Account Nº.: 375 222 0643; Wire Routing Number: 026009593; SWIFT Address: BOFAUS3N;

III. Excepcionalmente, os recursos poderão ser depositados em moeda nacional, mediante a aprovação do PNUD e segundo a capacidade de absorção de moeda local por parte do referido Organismo. Esses recursos deverão ser depositados em favor de sua conta no Banco do Brasil S/A, Agência Governo Federal (1607-1), c/c 60746-0, PNUD PR NACOES UNIDAS, CNPJ 03.723.329.0001-79, Brasília, DF.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

a. eventuais variações cambiais resultantes de diferenças em taxas de câmbio serão acrescidas ao ou deduzidas do valor correspondente em US$ (dólares americanos), a cada depósito, conforme disposto no Capítulo 5, Regulamento 5.04 do Manual Financeiro do PNUD.

IV. O PNUD não iniciará ou dará continuidade às atividades do Projeto até o efetivo recebimento dos recursos correspondentes, conforme Cronograma de Desembolso do presente Documento de Projeto

V. O PNUD procederá à restituição ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar de eventual saldo de recursos não utilizados e em seu poder, uma vez quitados os compromissos pendentes. Os referidos recursos serão liberados no prazo de 60 (sessenta) dias contados da revisão final do Projeto.

VI. Na hipótese da não existência de saldo dos recursos financeiros em poder do PNUD, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar reembolsará ao PNUD as despesas por ele realizadas à conta desse instrumento, desde que tais gastos tenham sido prévia e devidamente autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

T Í T U L O VIII
DOS CUSTOS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

Artigo 11. A título de ressarcimento de custos incorridos pelo PNUD nas atividades de administração da implementação do presente instrumento serão debitados cinco por cento dos recursos aportados pelos projetos a serem implementados sob a modalidade de Execução Nacional. Eventuais variações no orçamento total do Documento de Projeto, sobre as quais incidirão os respectivos custos operacionais, serão refletidas em sucessivas revisões orçamentárias. Recibos correspondentes à apropriação dos referidos custos somente serão emitidos por solicitação específica Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

T Í T U L O IX
DO PESSOAL A CONTRATAR

Artigo 12. A contratação de pessoal, exclusivamente na modalidade “produto”, será regida pelos dispositivos normativos pertinentes à matéria e realizada de comum acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o PNUD, em consonância com os Termos de Referência previstos no Projeto.

T Í T U L O X
DOS BENS MÓVEIS

Artigo 13. A propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto será transferida pelo PNUD à Instituição Executora imediatamente após o pagamento, mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela Instituição Executora.

Parágrafo Primeiro. O Diretor do Projeto será responsável pela guarda e conservação dos bens adquiridos no âmbito do Projeto, bem como pelo estabelecimento e manutenção de controle patrimonial;

Parágrafo Segundo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar compromete-se a colocar os bens para uso exclusivo do Projeto até o final de suas atividades.

T Í T U L O XI
DA AUDITORIA

Artigo 14. O Projeto será objeto de auditoria contábil e de resultados, realizada por órgão competente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal indicado pelo Governo brasileiro.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Artigo 15. Os documentos originais pertinentes às atividades e ações desenvolvidas no âmbito deste documento de Projeto estarão à disposição dos auditores no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ente responsável pela guarda dos originais desses documentos no âmbito da execução nacional descentralizada em vigor.

Artigo 16. Caso os originais dos documentos estejam em posse do PNUD, a título de privilégios e imunidade, cópias ficarão igualmente arquivadas no projeto e deverão ser fornecidas quando solicitadas pelos auditores.

T Í T U L O XII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO RELATÓRIO FINAL

Artigo 17. O PNUD prestará contas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar dos recursos aplicados em razão deste Documento de Projeto, mediante a apresentação periódica de relatórios de desembolsos à Instituição Executora.

Artigo 18.O PNUD obriga-se a apresentar um relatório financeiro final até 60 (sessenta) dias após a revisão final do presente Projeto.

T Í T U L O XIII
DA PUBLICAÇÃO, DA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E DOS PRODUTOS GERADOS

Artigo 19. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar ficará encarregada de providenciar a publicação do extrato deste Documento de Projeto e de eventuais Revisões e demais atos decorrentes do previsto no Artigo 8º, no Diário Oficial do Estado, até 25 (vinte e cinco) dias a contar da data de assinatura do Projeto.

Artigo 20. Todos os documentos e informes produzidos durante a execução do projeto poderão ser divulgados desde que recebida a autorização das Partes, podendo ser estabelecida sua confidencialidade.

Artigo 21. Em toda a divulgação a ser feita das atividades desenvolvidas em decorrência da execução do Projeto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar obrigar-se-á a dar os créditos correspondentes à participação das Partes.

Parágrafo Único. A divulgação, por meio de veículos de comunicação de massa, contendo o nome e/ou a logomarca do PNUD, deverá ser objeto de consulta prévia entre as Partes.

Artigo 22. Fica terminantemente proibido incluir, ou de qualquer forma fazer constar, na reprodução, publicação ou divulgação das ações e atividades realizadas ao amparo deste Documento de Projeto, nomes, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinações de cores ou de sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção de índole individual, política, partidária, religiosa ou de caráter comercial.

Artigo 23. Os produtos gerados em decorrência da execução do Projeto serão de propriedade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, observado o devido crédito à participação do PNUD.

T Í T U L O XIV
DA VIGÊNCIA

Artigo 24. O presente Documento de Projeto entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 4 anos, podendo ser renovado pelo mútuo consentimento das Partes.

T Í T U L O XV

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

DAS MODIFICAÇÕES

Artigo 25. Mediante o consentimento mútuo entre as Partes, o presente Documento de Projeto poderá ser alterado por meio de revisões para adequações financeiras, eventuais ajustes de execução do Projeto, prorrogação do prazo de vigência, assim como quaisquer modificações que se façam necessárias.

Artigo 26. Como exceção ao disposto acima, as seguintes revisões poderão ser assinadas unicamente pelo Representante Residente do PNUD:

I. revisões para refletir estimativa mais realista de implementação financeira para o ano em curso e reprogramar os recursos remanescentes para o ano vindouro, não apresentando nenhuma alteração no montante total do orçamento;

II. revisões obrigatórias anuais que reflitam os gastos efetuados ao longo do ano anterior e não apresentem nenhuma alteração no montante total do orçamento, da vigência ou de natureza substantiva; e

III. revisões que reflitam uma prorrogação do prazo de vigência de até seis meses mediante solicitação expressa da Instituição Executora e anuência da ABC/MRE.

TÍTULO XVI
DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO

Art. 27. O Projeto poderá ser suspenso caso ocorra o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, bem como:

I. utilização dos recursos em desacordo com o objetivo constante no documento de projeto;
II. interrupção das atividades do projeto, em razão da indisponibilidade dos recursos previstos em seu orçamento;
III. não apresentação dos relatórios de progresso nos prazos estabelecidos;
IV. baixo desempenho operacional e técnico em um período superior a doze meses de implementação, atestado em relatório de desempenho aprovado pelo órgão ou instituição executora nacional, pela ABC/MRE e pelo organismo internacional cooperante;
V. interrupção das atividades do projeto sem a devida justificativa;
VI. inobservância dos dispositivos normativos pertinentes à legislação nacional em vigor.

Parágrafo Único. O Documento de Projeto será extinto caso as razões determinantes da suspensão aplicada em função do *caput* do presente artigo não tenham sido corrigidas.

T Í T U L O XVII
DA DENÚNCIA

Artigo 28. O presente Documento de Projeto poderá ser denunciado por qualquer uma das Instituições Participantes por meio de notificação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Artigo 29. As Instituições Participantes, por meio de seus representantes, são autoridades competentes para denunciar este Documento de Projeto. Com a denúncia, deverão realizar o balanço das respectivas atividades desenvolvidas pelas mesmas até à data de encerramento do mesmo, assim como estabelecer os procedimentos de conclusão de contratos/obrigações em vigência e de eventual ressarcimento de recursos.

TÍTULO XVIII
DA AVALIAÇÃO

Art. 30**.** O Projeto poderá ser objeto de avaliação externa, conforme venha a ser estabelecido entre as Partes, a qual terá por objetivo mensurar a relevância, eficiência, impacto e sustentabilidade do Projeto.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

T Í T U L O XIX
DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADE

Artigo 31. Nenhuma das provisões deste Documento de Projeto deve ser interpretada como recusa implícita de quaisquer privilégios e imunidade dispensados ao PNUD por força dos atos internacionais celebrados com o Governo brasileiro.

T Í T U L O XX
DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 32. As controvérsias surgidas na execução do presente Documento de Projeto serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no direito público internacional, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre representantes das Instituições Participantes.

Artigo 33. Em caso de persistirem as controvérsias, os processos de arbitragem deverão ser conduzidos em conformidade com o processo determinado no Artigo VIII, Seção 30, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.

Artigo 34. Para as questões não previstas no presente Documento de Projeto aplicar-se-ão as disposições do “Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações para Alimentação e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Internacional”, de 29 de dezembro de 1964, em vigor desde 2 de maio de 1966, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1964.

X. PROVISÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A PROJETOS NIM

1. Referimo-nos às consultas entre oficiais do Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado “o Governo”) e oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante denominado “PNUD”) no que tange à provisão de serviços de apoio pelo escritório do PNUD no país aos projetos e programas gerenciados nacionalmente. O PNUD e o Governo acordam, por meio desta, que o escritório de país do PNUD pode prover tais serviços a partir de solicitação do Governo por meio de suas instituições designadas, no âmbito do documento de projeto BRA/25/005, conforme descrito abaixo.

2. O escritório de país do PNUD poderá prover serviços de apoio à assistência, com relatórios obrigatórios e pagamentos diretos. Ao prover tais serviços de apoio, o escritório de país do PNUD deve garantir que a capacidade da instituição designada do Governo é fortalecida de modo a proporcionar a ela a condução de tais atividades diretamente. Os custos incorridos pelo escritório de país do PNUD na provisão de tais serviços de apoio deverão ser recuperados do orçamento administrativo do escritório.

3. O escritório de país do PNUD pode prover, a pedido da instituição designada, os seguintes serviços de apoio às atividades do programa/projeto:

(a) Identificação e/ou recrutamento de pessoal de projeto e programa;
(b) identificação e facilitação de atividades de treinamento;
(c) Aquisição de bens e serviços;

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

4. A aquisição de bens e serviços e o recrutamento de pessoal de projeto e programa pelo escritório de país do PNUD devem estar de acordo com os regulamentos, regras, políticas e procedimentos do PNUD. Serviços de apoio descritos no parágrafo 3, acima, deverão ser detalhados no anexo ao documento de suporte ao programa ou no documento de projeto, na forma oferecida no Anexo a este acordo. Se os requerimentos de serviços de apoio mudarem durante a vida do programa ou projeto, o anexo ao documento de apoio ao programa ou ao documento de projeto será revisado em acordo mútuo entre o representante residente do PNUD e a instituição designada.

5. As passagens relevantes do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização para a Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial da Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, assinado em 29 de dezembro de 1964 (doravante denominado “Acordo Básico”), e a Convenção Sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, assinada em 13 de fevereiro de 1946 (doravante denominada ‘Convenção Geral”), incluindo as provisões sobre responsabilidade e privilégios e imunidades, serão aplicáveis à provisão de tais serviços de apoio. O Governo manterá sua responsabilidade geral pelos projetos ou programas gerenciados nacionalmente por meio de sua instituição designada. A responsabilidade do escritório de país do PNUD pela provisão dos serviços de apoio aqui descritos estará limitada à provisão de tais serviços de apoio detalhados no anexo ao documento de apoio ao projeto ou no documento de projeto.

6. Quaisquer reclamações ou disputas advindas ou relacionadas à provisão de serviços de apoio pelo escritório de país do PNUD de acordo com esta carta deverão ser resolvidos de acordo com os termos relevantes do Acordo Básico e da Convenção Geral.

7. A maneira e o método de recuperação de custos pelo escritório de país do PNUD na provisão de serviços de apoio descritos no parágrafo 3, acima, deverão ser especificados no anexo legal (“Obrigações e Pré-Requisitos) do documento de projeto.

8. O escritório de país do PNUD deverá submeter relatórios de progresso dos serviços de apoio providos e deverá reportar os custos reembolsados na provisão de tais serviços, conforme for solicitado.

9. Qualquer modificação ao presente acordo deverá ser realizada por meio de acordo comum, por escrito, entre as Partes deste instrumento.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO DO ESCRITÓRIO DE PAÍS DO PNUD

1. Referimo-nos às consultas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e oficiais do PNUD a respeito da provisão de serviços de apoio pelo escritório de país do PNUD para os programas ou projetos gerenciados nacionalmente BRA/25/005, o “Projeto”.

2. De acordo com as provisões desta carta acordo e deste documento de projeto, o escritório de país do PNUD deverá prover os serviços de apoio para o programa ou projeto, conforme descrito abaixo.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

3. Serviços de apoio a serem prestados: de acordo com o descrito na Matriz de Resultados (Parte 5), no Plano de Monitoramento e Avaliação (Parte 6) e no Plano de Trabalho Plurianual (Parte 7) deste Documento de Projeto.

4. Descrição das funções e responsabilidades das Partes envolvidas: veja o anexo legal (“Obrigações e Pré-Requisitos”) do documento de projeto.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

XI. ANEXOS

1. Insumos do Projeto – Listagem de Consultorias de Pessoa Física e Jurídica
2. Análise de Risco
3. Análise dos Critérios de Qualidade do Projeto
4. Análise Social e Ambiental

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

ANEXO 1
Insumos do Projeto
Listagem de consultorias por produto a ser contratada (pessoa física e jurídica)

As regras e os procedimentos para contratação de profissionais para a elaboração de produtos, adotadas pelo Projeto, são compatíveis com as Normas Técnicas e Administrativas do PNUD e estão em conformidade com o estabelecido na legislação vigente relativa ao assunto.

A cada contratação deverá ser elaborado Termo de Referência específico, com detalhamento do propósito da contratação, descrição dos produtos esperados e/ou das atividades a serem desenvolvidas, qualificações profissionais exigidas, entre outros quesitos.

Os produtos advindos dessas consultorias são específicos e demandam especialização apropriada. Nesse sentido, o Decreto Nº 5.151/04 determina que a consultoria deverá ser realizada por profissional de nível superior, graduado em área relacionada ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional, ou excepcionalmente, em não preenchendo o requisito de escolaridade mínima, tenha notório conhecimento da matéria afeta ao Projeto. Os consultores contratados desempenharão suas atividades de forma temporária e sem subordinação jurídica, estando suas atividades exclusiva e obrigatoriamente vinculadas aos resultados e produtos constantes dos documentos de Projeto.

O projeto prevê, ao longo do período contemplado, contratações de consultorias de pessoas físicas por Produto e de consultorias e serviços de Pessoa Jurídica, as quais serão destinadas a prestação de serviços conforme quadro ilustrativo abaixo.

Os insumos e valores indicados nas tabelas abaixo são estimativos e serão atualizados e devidamente comunicados nos relatórios de progresso anual, no preenchimento do SIGAP e nas revisões do projeto.

Contratações previstas (Pessoa Jurídica)

Natureza da Consultoria	PF ou PJ?	Atividade do projeto	Quantidade	Período previsto para a duração do contrato	Valor total estimado dos serviços, por consultor (R$)	TOTAL
Sistematização de dados e informações relacionados à agroecologia e à bioeconomia e apresentação de proposta de aprimoramento de iniciativas da agricultura familiar para fomentar a transição agroecológica	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
Realização de diagnóstico sobre o acesso de agricultores(as) familiares ao Programa de Crédito Rural (Pronaf)	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
Elaboração de proposta para aperfeiçoamento do Pronaf com vistas à ampliação do acesso de	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

agricultores(as) familiares ao Programa						
Sistematização de dados e elaboração de sugestão de estratégia para promover a inclusão do público-alvo do MDA no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
Elaboração de estudo técnico com vistas à identificação de agricultores(as) familiares em situação de pobreza e extrema pobreza	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Construção de proposta de estratégia voltada à inclusão produtiva de agricultores(as) familiares em situação de pobreza e extrema pobreza	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Produção de estudo diagnóstico sobre as principais lacunas de conhecimento técnico de agentes de ATER nos diferentes biomas brasileiros	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Elaboração de proposta metodológica para capacitação de agentes de ATER visando a atualização de conhecimentos e o aprimoramento das diferentes abordagens para qualificar os serviços de ATER em conformidade com a Pnater	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Criação de estratégia para aperfeiçoamento do Programa Mais Alimentos com o objetivo de ampliação do acesso de agricultores(as) familares a máquinas e equipamentos adaptados à produção em prequenas escala em distintos biomas	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Preparação de proposta metodológica para aperfeiçoamento dos indicadores de monitoramento e avaliação das estratégias de comunicação utilizadas pelo MDA para alcançar o público-alvo	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Sistematização de dados necessários para preparação de estratégia de comunicação por meio de inteligência artificial para ampliar o acesso da informação ao público-alvo do MDA	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Construção de estudo diagnóstico e propositivo para avançar na ampliação da rede de comunicação do MDA com seu público-alvo.	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Criação de documento que contenha proposta de estratégia para organizar ações de capacitação em soluções inovadoras de comunicação institucional	PJ	1.1	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 1.1					**R$ 3.450.000,00**	
Preparação de estudo técnico com proposta metodológica de monitoramento e avaliação de parcerias com Estados e Municípios para implementação dos programas estratégicos do MDA	PJ	1.2	1	12 meses	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
Subtotal Atividade 1.2					**R$ 400.000,00**	
Desenvolvimento de estratégia voltada para o aperfeiçoamento da promoção da imagem de produtos oriundas dos cadeias produtivas da agricultura familiar no exterior	PJ	1.3	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Elaboração de estudo com sistematização de informação sobre o potencial exportador dos empreendimentos da agricultura familiar, de acordo com a cadeia produtiva e os prováveis países de destino	PJ	1.3	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Desenvolvimento de estudo propositivo para subsidiar o MDA na preparação de negociações sobre temas como propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais no âmbito do Tratado sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA)	PJ	1.3	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Elaboração de estudo técnico com diagnóstico sobre o tema da preservação ambiental e das mudanças climáticas e a relação com a agricultura familiar no	PJ	1.3	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF)						
Produção de estudo contendo avaliação da atuação do MDA nas negociações internacionais no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e de seu Protocolo de Nagoya no que trata do Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) oriundos da biodiversidade	PJ	1.3	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 1.3					**R$ 1.000.000,00**	
Preparação de documento com dados e informações qualificadas sobre as estruturas e os elementos da violência no campo no contexto latino-americano e brasileiro com o objetivo de aperfeiçoamento de proposta de metodologia para sistematização de conflitos agrários coletivos no Brasil e e de melhoramento dos protocolos para o enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Realização de estudo contaendo a identificação, sistematização e análise dos dados que constam dos registros das escutas desenvolvidas pela equipe do Departamento de Mediação e Conciliação com vistas a produção de estudo sobre a história de agricultoras e agricultores familiares e suas lutas pelo direito à terra no Brasil.	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
Criação de proposta de aprimoramento da metodologia de sistematização de dados e informações sobre a violência no campo com vistas ao desenvolvimento de estudos para viabilizar a apresentação das informações a toda sociedade brasileira.	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria do Seminário Internacional Direitos Humanos no campo, na floresta e nas águas.	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 380.450,00	R$ 380.450,00
Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico, voltado para a facilitação e relatoria do Seminário Nacional de Mapeamento de conflitos agrários	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Criação de proposta de material didático em linguagem simples com vistas à formação de agentes multiplicadores que trabalham para ampliação do acesso à educação no campo, especificamente para o público da reforma agrária, quilombolas e povos e comunidades tradicionais.	PJ	1.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 1.4					**R$ 1.630.450,00**	
Elaboração de estudo propositivo com estratégia destinada ao fortalecimento da capilarização do acesso dos programas estratégicos do MDA por meio da atuação das Superintendências Estaduais	PJ	1.5	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Criação de documento técnico com sistematização de dados e diagnóstico analítico e propositivo com vistas ao aprimoramento de instrumentos voltados para a integração da Superintendência Nacional e das Superintendências Estaduais	PJ	1.5	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 1.5					**R$ 400.000,00**	
Total Produto 1					**R$ 6.880.450,00**	
Realização de estudo técnico contendo informações que permitam o aperfeiçoamento de metododolgia de avaliação da implementação do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar 2024/2028.	PJ	2.1	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de documento contendo proposta técnica voltada para a otimização da estruturação de arranjos produtivos para Povos e Comunidades Tradicionais, mulheres rurais e agricultores familiares, na perspectiva de ampliação do acesso dos produtos da Sociobiodiversidade no mercado nacional	PJ	2.1	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Construção de estudo com sistematização de dados sobre as ações de instituições públicas e privadas em curso voltadas para estruturação das cadeias produtivas extrativistas e não extrativistas vinculadas à Bioeconomia	PJ	2.1	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Desenvolvimento de proposta de aprimoramento da metodologia de avaliação do impacto que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM e PGPMBio) pode provocar na distribuição e abastecimento de alimentos oriundos da agricultura familiar	PJ	2.1	1	12 meses	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Subtotal Atividade 2.1					**R$ 1.000.000,00**	
Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria do II Seminário de Bioinsumos na Agricultura Familiar.	PJ	2.2	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria para realização de 05 seminários regionais sobre o Selo Integração Sustentável da Agricultura Familiar - SEISAF.	PJ	2.2	1	12 meses	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria para realização de 05 seminários regionais sobre Cooperativismo.	PJ	2.2	1	12 meses	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
Elaboração de documento com proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria para realização de 05 seminários regionais sobre soberania alimentar.	PJ	2.2	1	12 meses	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Subtotal Atividade 2.2					**R$ 1.700.000,00**	
Construção de proposta metodológica para o levantamento e sistematização de dados que permitam ao MDA realizar avaliação sobre a agregação de valor da produção familiar por meio a agroindustrialização	PJ	2.2	1	12 meses	R$ 320.000,00	R$ 320.000,00
Desenvolvimento de estudo propositivo contendo análise técnica e estratégia para o fortalecimento da marca da agricultura familiar perante os consumidores	PJ	2.3	1	12 meses	R$ 320.000,00	R$ 320.000,00
Produção de dados e realização de estudo diagnóstico e propositivo para que o MDA possa trabalhar para a ampliação do acesso de agricultores(as) familiares à Estratégia Nacional de Inclusão Sanitária	PJ	2.3	1	12 meses	R$ 320.000,00	R$ 320.000,00
Preparação de estudo contendo avaliação sobre os efeitos do uso de práticas sustentáveis baseadas em princípios agroecológicos na estruturação das principais cadeias produtivas agrícolas e pecuárias presentes na agricultura familiar	PJ	2.3	1	12 meses	R$ 320.000,00	R$ 320.000,00
Elaboração de estudo técnico com levantamento de dados e informações que permitam subsidiar o MDA no desenvolvimento de estratégia de ampliação de produção e uso de bioinsumos na agricultura familiar rural, urbana e periurbana.	PJ	2.3	1	12 meses	R$ 320.000,00	R$ 320.000,00
Subtotal Atividade 2.3					**R$ 1.600.000,00**	
Elaboração de documento propositivo contendo estratégia para possibilitar a otimização dos esforços de criação e ampliação de agroindústrias em territórios de povos e comunidades tradicionais	PJ	2.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Produção de dados e de proposta de metodologia de avaliação dos efeitos da agroindustrialização na produção de alimentos e fitoterápicos por parte de extrativistas, quilombolas e comunidades tradicionais	PJ	2.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Realização de estudo diagbóstico e propositivo contendo sugestão de estratégia para ampliação do acesso às políticas de regularização fundiária e gestão territorial a povos e comunidades tradicionais e suas associações e organizações	PJ	2.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Desenvolvimento de proposta metodológica que permita a avaliação sobre a possibilidade de replicação do Projeto Inaugural do Programa Nacional de Florestas Produtivas, no Pará, para outros Estados da Amazônia	PJ	2.4	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 2.4					**R$ 800.000,00**	
Desenvolvimento de estudos técnicos que resultem na construção de metodologia para a implementação de planos de gestão territorial e diagnóstico de impacto da PNGTAQ	PJ	2.5	1	12 meses	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
Preparação de documento propositvo contendo sugestão de metodologia para a elaboração e implementação de planos de proteção socioterritorial e monitoramento de conflitos em comunidades com conflitos latentes	PJ	2.5	1	12 meses	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
Elaboração de proposta técnica que permita ao MDA avançar na estruturação de protocolos e de mecanismo de consulta de povos e comunidades tradicionais	PJ	2.5	1	12 meses	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
Subtotal Atividade 2.5					**R$ 2.400.000,00**	
Realização de estudo com sugestão de proposta de avaliação do impacto do programa Quintais Produtivos junto às beneficiárias do programa	PJ	2.6	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Desenvolvimento de estratégia voltada para o aprimoramento de dinâmicas de abastecimento, de organização produtiva e de acesso a mercados para comercialização eficiente de produtos agroecológicos produzidos por famílias lideradas por mulheres	PJ	2.6	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Construção de documento de caráter analítico acerca das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais em estruturar processos de abastecimento e de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar	PJ	2.6	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Elaboração de documento técnico contendo proposta para aprimoramento da organização produtiva das mulheres do campo, da floresta e das águas	PJ	2.6	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Desenvolvimento de estudo com o objetivo de apresentar proposta de avaliação sobre como a concessão de crédito rural por meio do programa Pronaf Mulher impacta a produção de alimentos pelas mulheres dos campos das florestas e das águas	PJ	2.6	1	12 meses	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
Subtotal Atividade 2.6					**R$ 1.000.000,00**	
Total Produto 2					**R$ 8.500.000,00**	
Elaboração de documento contendo proposta de manual de gestão do projeto com uso de linguagem simples	PJ	4.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de estratégia metodológica e de material voltado para a capacitação de supervisores de contratos	PJ	4.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 4.1					**R$ 300.000,00**	
Elaboração de proposta de manual de boas práticas de gestão do projeto com uso de linguagem simples	PJ	4.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 4.3					**R$ 150.000,00**	
Total Produto 4					**R$ 450.000,00**	
Total					**R$ 15.830.450,00**	

Contratações previstas (Pessoa Física)

Natureza da Consultoria	PF ou PJ?	Atividade do projeto	Quantidade	Período previsto para a duração do contrato	Valor total estimado dos serviços, por consultor (R$)	TOTAL

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Realização de levantamento e sistematização de dados sobre as ações do MDA, a partir da abordagem territorial, buscando gerar subsídios técnicos para a tomada de decisão sobre a priorização de regiões estratégicas da agricultura familiar	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudo técnico sobre como a recente reforma tributária e a adoção de nova cesta básica de alimentos podem impactar a produção e o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de estudo com diagnóstico e testes de metodologias voltadas para indicar as melhores soluções para operacionalização, monitoramento e avaliação da gestão de riscos estratégicos e corporativos.	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de proposta de modelagem com vistas a subsidiar a criação de um fundo voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo de caráter analítico sobre a eficiência e eficácia de instrumentos de gestão e apresentação de proposta para seu aperfeiçoamento	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de proposta contendo metodologias inovadoras com vistas ao aprimoramento de processos de implementação de políticas públicas visando ampliar o alcance das mesmas	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de estudo técnico que resulte em proposta contendo metodologias e estratégias para o aperfeiçoamento de ferramentas de monitoramento e avaliação de políticas públicas	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de estudo técnico visando a apresentação de propostas para adequação da metodologia de avaliação com foco na jornada do usuário desenvolvida para o CAF	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo diagnóstico que permita subsidiar o MDA em sua estratégia de aprimoramento de instrumentos de LGPD	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de estudo técnico que contenha sugestão para o otimizar o aprimoramento dos instrumentos de mecanização e tecnificação da agricultura familiar, visando reduzir a penosidade do trabalho no campo	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de documento contendo proposta de planejamento técnico voltado para a sistematização e relatoria da Conferência Nacional de Comunicação para a Agricultura Familiar	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudo diagnóstico acerca das necessidades, desafios e potencialidades da agricultura familiar visando à implementação de políticas públicas voltadas à transição para um sistema alimentar sustentável.	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de proposta de estratégia que permita o aprimoramento do mapeamento de processos e fluxos de informações relacionados às políticas públicas para a Agricultura Familiar	PF	1.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 1.1					**R$ 1.950.000,00**	
Elaboração de documento técnico contendo o desenvolvimento, teste e proposta de aprimoramento da metodologia de monitoramento e articulação dos Projetos de Lei e emendas parlamentares	PF	1.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Construção de metodologia de monitoramento que permita subsidiar a criação de proposta voltada para aprimoramento da estratégia de articulação federativa de programas do MDA	PF	1.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 1.2					**R$ 300.000,00**	
Realização de estudos estratégicos em temas de cooperação internacional, em suas modalidades técnica e humanitária, principalmente em ações nos países da África, América Latina e Caribe nos diversos temas de competência do MDA.	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de documentos técnicos contendo estratégias para subsidiar negociações e ações de cooperação técnica relacionadas à mecanização sustentável para a agricultura familiar.	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de proposta de estratégia e de planejamento com vistas à ampliação da participação da agricultura familiar em feiras internacionais	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudos analíticos em temas ambientais transnacionais que impactam a agricultura familiar de forma a subsidiar a atuação do MDA junto a organismos internacionais e outras intâncias de negociação internacionais.	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de proposta com estratégias para ampliação do diálogo com a sociedade civil organizada em espaços como o Comitê Permantente de Assuntos Internacionais do Condraf e a Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL - REAF	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudos analíticos sobre temas relacionados ao BRICS durante a presidência	PF	1.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

rotativa do Brasil no grupo em 2025						
Subtotal Atividade 1.3					**R$ 900.000,00**	
Desenvolvimento de estudos técnicos sobre os impactos da implementação de projetos de energia renovável e de projetos de créditos de carbono e os conflitos agrários e socioambientais no Brasil	PF	1.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de documento diagnóstico sobre a atuação de movimentos sociais e/ou defensores de direitos humanos relacionados a conflitos agrários ou fundiários	PF	1.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de levantamentos e análises sobre a criminalização da luta social nos territórios rurais selecionados	PF	1.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de documento contendo sistematização de dados voltados para a identificação das características e aspectos históricos, sociais e territoriais de contextos de conflitos agrários coletivos e os tipos de expressão de violências no campo, floresta e águas	PF	1.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 1.4					**R$ 600.000,00**	
Construção de estudo com proposta metodológica para planejamento e implementação das ações do MDA nos Estados	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração documento contendo estratégia e metodologia para construção de indicadores voltados para monitoramento e avaliação dass ações do MDA nos Estados	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo diagnóstico sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário em distintas Unidades da Federação	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de proposta de avaliação sobre os resultados e impactos de parcerias firmadas pelo MDA para implementação de suas políticas públicas	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de documento contendo proposta de planejamento técnico voltado para a facilitação e relatoria do Seminário Nacional das Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Produção de proposta voltada para a capacitação e formação de agentes multiplicadores de informações sobre as políticas públicas do MDA em todo o território nacional	PF	1.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 1.5					**R$ 900.000,00**	
Total Produto 1					**R$ 4.650.000,00**	
Construção de estudos técnicos com vistas a subsidiar a elaboração de Planos Territoriais de Abastecimento Alimentar nos territórios da cidadania trazendo a centralidade nas feiras livres, permanentes e CEASAs de modo a fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), garantindo a inserção dos agricultores e agricultoras familiares nestes espaços	PF	2.1	4	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 600.000,00
Estruturação de estratégia voltada para a criação e implementação do Projeto de Centrais de Distribuição e Comercialização da Agricultura Familiar de modo a garantir fluxos facilitados dos/das agricultores e agricultoras nestes dispositivos descentralizados de abastecimento alimentar	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Construção de proposta de estratégia capaz de potencializar a capacidade de abastecimento da agricultura urbana e periurbana, por meio da identificação dos limites e potencialidades produtivas, culminando na elaboração de uma proposta de ação estratégica	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudo diagnóstico sobre redes de pequenos e médios varejistas de municípios de referência	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de proposta metodológica para realização do monitoramento de compras públicas da agricultura familiar por meio da execução do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), modalidade Compra Institucional	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de proposta metodológica para realização do monitoramento de compras públicas da agricultura familiar por meio da execução do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de metodologia para subsidiar a criação de indicadores capazes realizar o monitoramento da implementação do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de metodologia para o monitoramento da iniciativa Catrapovos, que busca apoiar e incentivar as compras públicas de alimentos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais	PF	2.1	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 2.1					**R$ 1.650.000,00**	

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de estudo contendo levantamento de práticas de manejo que considerem as relações entre **solo**, planta, animal e atmosfera, visando a eficiência e/ou a diminuição no uso de insumos, conferindo maior sustentabilidade econômica e social para os agroecossistemas, menor impacto ao meio ambiente e a promoção de serviços ecossistêmicos	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudos técnicos com dados que permitam realizar análises de mercado e de viabilidade para as Unidades Produtoras de Bioinsumos no âmbito da agricultura familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudos técnicos sobre Apicultura e Meliponicultura no âmbito da agricultura familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudos técnicos com dados para subsidiar a constraução de proposta de fortalecimento de cadeias agroindustriais prioritárias para a agricultura familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de estudos propositivos contendo informações necessárias para otimizar a estruturação de cadeias agroindustriais prioritárias para a agricultura familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Construção de proposta metodológica para a realização de diagnósticos sobre a agroindustrialização da produção familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudos técnicos contendo informações sobre o mercado com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de agroindustrialização da produção familiar	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo analítico sobre os impactos da agroindustrialização da produção familiar na vida das famílias	PF	2.2	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Subtotal Atividade 2.2					**R$ 1.200.000,00**	
Elaboração de estudo ténico voltado para a avaliação de viabilidade de criação de selo SENAF Sustentabilidade atentando as questões de criação de parâmetros técnicos e mensuráveis para certificadoras e/ou gestão participativa (a exemplo da produção de orgânicos)	PF	2.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de proposta de material pedagógico com enfoque nas principais cadeias produtivas da AF com foco na agroindústria, sanidade no campo, regulamentos de identidade e qualidade dos produtos e enquadramento às legislações (Mapa e Anvisa)	PF	2.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudos técnicos voltados para a estruturação das cadeias produtivas prioritárias na agricultura familiar vinculadas a produção de alimentos, em especial dos alimentos da cesta básica.	PF	2.3	2	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 300.000,00
Contrução de proposta para subsidiar o desenvolvimento de protocolos que balizem a atuação de fiscais estaduais e municipais em empreendimentos da agricultura familiar	PF	2.3	2	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 300.000,00
Construção de proposta estratégica de disseminação da marca da agricultura familiar junto aos mercados nacional, regionais e locais.	PF	2.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 2.3					**R$ 1.050.000,00**	
Levantamento e sistematização de informações e realização de diagnóstico sobre cooperativas, associações e grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais do Brasil	PF	2.4	2	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 300.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Elaboração de estudo propositivo contendo sugestão de plano de qualificação da gestão e fortalecimento institucional das cooperativas, associações e grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais, visando a ampliação do acesso a mercados institucionais e privados	PF	2.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Desenvolvimento de proposta com diferentes estratégias voltadas para o fortalecimento institucional de associaçõe e organizações sociais de povos e comunidades tradicionais, visando a ampliação do acesso às políticas de regularização fundiária e gestão territorial	PF	2.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Preparação de estudos que permitam ao MDA avançar na construção de planos de fortalecimento das agroindústrias de povos e comunidades tradicionais	PF	2.4	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 2.4					**R$ 750.000,00**	
Desenvolvimento de proposta para preparação de ação de mapeamento e caracterização dos povos e comunidades tradicionais e de suas organizações sociais	PF	2.5	6	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 900.000,00
Construção de estudo contendo sugestão de estratégia para fortalecimento do Programa de Etnoturismo Sustentável em territórios de povos e comunidades tradicionais	PF	2.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de proposta com estratégia para o aprimoramento do Programa de Etnodesenvolvimento de Povos de Terreiro e a Agenda 2030	PF	2.5	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 2.5					**R$ 1.200.000,00**	
Realização de levantamento e sistematização de dados referentes aos mutirões de documentação da trabalhadora	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

rural realizados pelo MDA nos estados brasileiros						
Elaboração de estudo técnico com sugestões para viabilizar o aprimoramento de estratégias de implementação de ações de inclusão socioeconômica relacionadas ao Programa Quintais Produtivos	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de levantamento e sistematização de dados para subisidiar a elaboração de estudo técnico contendo o mapeamento e caracterização das beneficiárias do Programa Quintais Produtivos	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudo analítico sobre a organização produtiva das mulheres do campo, da floresta e das águas	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo com o objetivo de avaliar o alcance da participação das mulheres na gestão de territórios rurais	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de estudo técnico acerca das formas de acesso das mulheres rurais ao programa de crédito rural Pronaf Mulher	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Realização de estudo analítico e propositivo acerca da formas pelas quais as mulheres rurais podem contribuir para a construção de políticas públicas	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Elaboração de doucmento contendo levantamento e sistematização de dados e informações sobre o programa ATER Mulheres e proposta para seu aprimoramento	PF	2.6	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 2.6					**R$ 1.200.000,00**	
Total Produto 2					**R$ 7.050.000,00**	
Documento contendo a identificação e sistematização de boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto	PF	4.3	1	12 meses	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Subtotal Atividade 4.3					**R$ 150.000,00**	

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Total Produto 4					**R$ 150.000,00**
Total					**R$ 11.850.000,00**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Além da contratação de consultorias, pretende-se também assinar uma **Carta Acordo** no escopo do Projeto. A **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO** foi escolhida para implementar o Resultado 3 do projeto tendo em vista sua ampla e notória expertise no que se refere a temas relativos à cidadania, participação social e políticas públicas; desigualdades, direitos e governanças; cultura e diversidade; juventudes, educação e gênero: violências e resistências; dentre outros. A FLACSO desenvolve projetos no Brasil em parceria com órgãos dos governos municipal, estadual e federal, universidades, organismos internacionais, organizações sociais, fundações, empresas públicas e privadas, desde 1981, e possui grande legado imaterial sobre esses e outros temas relevantes para a participação social, o desenvolvimento territorial e o combate à fome e a pobreza no Brasil.

Produtos Esperados	Atividades Planejadas	Orçamento Planejado Por Ano				
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL 4 ANOS
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+	3.1 Construir processos participativos de elaboração e gestão de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.	R$ 3.700.000,00	R$ 1.250.000,00	R$ 750.000,00	R$ 350.000,00	R$ 6.050.000,00
	3.2 Elaborar estudos e diagnósticos para a promoção e a inclusão da participação social de diferentes segmentos no planejamento e execução de políticas públicas de agricultura familiar.	R$ 750.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 200.000,00	R$ 1.950.000,00
	Subtotal componente 3	**R$ 4.450.000,00**	**R$ 1.750.000,00**	**R$ 1.250.000,00**	**R$ 550.000,00**	**R$ 8.000.000,00**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Anexo 2. Matriz de Risco

#	Descrição	Data identificada	Tipo	Impacto & Probabilidade	Medidas de Mitigação e Resposta	Supervisão	Incluído por	Atualização	Status
1	Indisponibilidade ou atraso de parte dos recursos previstos no orçamento do projeto	Elaboração do projeto	Financeiro	P = 3 I = 4	Para mitigar estes riscos, a equipe do MDA atuará no monitoramento das previsões orçamentárias e empenhos anuais relacionados ao projeto. Nesse sentido, pretende-se: i) aportar os recursos previstos para o projeto de acordo com a matriz e diligenciar para que sejam transferidos pari passu à execução do projeto; ii) alinhar os objetivos do Projeto aos compromissos nacionais de médio e longo prazos, e iii) reforçar o processo interno de entendimento do potencial e da importância do projeto para o alcance do planejamento estratégico do órgão	MDA/PNUD	MDA/PNUD		Reavaliar uma vez iniciado o projeto
2	Risco político: a duração do projeto vai além dos mandados da atual gestão federal (2023-2026), o que traz riscos de continuidade que podem decorrer de mudanças na visão estratégica dos governos.	Elaboração do projeto	Político	P = 3 I = 3	Para mitigar este risco, propõe-se a realização reuniões de avaliação e tripartites anuais do projeto, as quais servirão de insumo para a elaboração de uma agenda de transição para uma eventual nova gestão. Propõe-se, também, o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para divulgar informações sobre a evolução dos investimentos e seu impacto nos indicadores econômicos e sociais do país, visando reforçar a importância de manutenção de uma agenda de longo prazo para o fortalecimento institucional das políticas do MDA alinhada aos objetivos do Projeto. Esta estratégia de comunicação deverá reforçar a ideia de que o tema se baseia em planejamento de médio e longo prazos que proporcionará	MDA/PNUD	MDA/PNUD		Reavaliar uma vez iniciado o projeto

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

					ganhos para o desenvolvimento do país, independentemente da gestão em curso.				
3	Risco de coordenação: relacionado à diversidade de áreas do PNUD relacionadas ao tema, à necessidade de articulação com distintos atores públicos, privados e agentes financeiros, bem como resistência cultural de gestores em todos os níveis.	Elaboração do projeto	Estratégico	P = 2 I = 3	Para mitigar este risco, a implementação do projeto prevê diálogo entre as áreas do PNUD para que seja alavancado ao máximo as potencialidades e resultados do projeto, atividades voltadas à sensibilização de diferentes órgãos e o engajamento dos servidores públicos que atuam na elaboração de projetos, captação de recursos, fiscalização e monitoramento de resultados, de maneira a reforçar o processo interno de entendimento do potencial e da importância do projeto para os objetivos do Ministério e do país como um todo.	MDA/PNUD	MDA/PNUD		Reavaliar uma vez iniciado o projeto
4	Riscos técnicos: o produto de participação social (P2) será executado por organização sub-executora; dada a complexidade e abrangência do tema, pode haver dificuldades de identificação e contratação de parceiros capazes de executar eficientemente todos os produtos esperados.	Elaboração do projeto	Técnico	P =3 I = 5	Para mitigar estes riscos, pretende-se investir no monitoramento próximo da execução das atividades da entidade sub-executora por eio da contratação de consultorias específicas. Será também realizado levantamento prévio de possíveis parceiros capazes de atuar em rede e na elaboração de termos de referência adequados às necessidades do projeto.	MDA/PNUD	MDA/PNUD		Reavaliar uma vez iniciado o projeto

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

ASM-14153 - SESP (Social and Environmental Screening Procedure)

Procedure Year: 2025

Procedure Rating: Low

Procedure Status: Approved

Procedure Name: ASM-14153

Procedure Type: Design

Procedure Department: CO - Brazil - Brasilia

Record Owner: Maria Teresa Fontes

Created by: Maria Teresa Fontes,2/24/2025, 11:59 AM

Last Modified by: Juliana Wenceslau Biriba dos Santos,4/2/2025, 10:32 AM

RELATED PORTFOLIO MYWPS/PROJECTS(1)					
NAME	DEPARTMENT	STATUS	ATLAS PROJECT NUMBER	START DATE	END DATE
01004062	CO - Brazil - Brasilia	Draft		2/17/2025	2/17/2028

RELATED QAS(1)		
PARENT PROCEDURE	PROCEDURE TYPE	PROCEDURE YEAR
ASM-14958	Quality Assurance - Design	2025

Triggered Requirements:

Assessment — Status: Complete

Is assessment required? (Question only required for Moderate, Substantial and High Risk portfolio MYWPs/projects)

Targeted assessment(s) required? No

If yes, please indicate the status of required assessment(s)?

Comments (for instance, please indicate the assessment type) (10000 Characters maximum)

Environmental and Social Impact Assessment (ESIA) required? No

If yes, please indicate the status?

Comments (10000 Characters maximum)

Strategic Environmental and Social Assessment (SESA) required? No

If yes, please indicate the status?

Comments (10000 Characters maximum)

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Management Plans — Status: Complete

Are management plans required? (Question only required for Moderate, Substantial and High Risk portfolio MYWPs/projects)

Targeted management plan(s) required? No

If yes, please indicate the status of required management plan(s)?

Comments (for instance, please indicate the type of management plan) (10000 Characters maximum)

Environmental and Social Management Plan (ESMP) required? No

If yes, please indicate the status?

Comments (10000 Characters maximum)

Environmental and Social Management Framework (ESMF) required? No

If yes, please indicate the status?

Comments (10000 Characters maximum)

Questionnaire:

Step 1 - Integrate the SES Programming Principles — Status: Complete

QUESTION 1: How Does the Portfolio MYWP/Project Integrate the Programming Principles in Order to Strengthen Social and Environmental Sustainability?

Briefly describe in the space below how the portfolio MYWP/project mainstreams the human rights-based approach (32000 Characters maximum)

The project mainstreams the Human Rights-Based Approach (HRBA) by ensuring that policies, programs, and actions prioritize human dignity, equality, and non-discrimination. The project aligns with international human rights frameworks and seeks to empower rights holders while strengthening the capacity of duty bearers to fulfill their obligations.

Participation and Inclusion: The project actively engages marginalized groups, including family farmers, traditional communities, women, youth, indigenous peoples, and quilombolas, ensuring their voices shape policies and decision-making processes. It facilitates participatory governance through mechanisms like the National Council for Sustainable Rural Development (CONDRAF), reinforcing democratic engagement in rural policies.

Non-Discrimination and Equity: By addressing structural inequalities, the project enhances access to resources, services, and markets for vulnerable groups. It ensures that policies on food security, land access, and rural

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

development are inclusive and consider gender, racial, and generational disparities. The Subsecretariat for Rural Women (SMR) and programs supporting youth and LGBTQIAPN+ communities are key components of this commitment.

Accountability and Rule of Law: The project strengthens institutional frameworks to uphold human rights within rural development policies. It supports the formal recognition of the rights of traditional peoples and communities, improves their access to credit and technical assistance, and promotes legal frameworks ensuring land tenure security and socio-economic inclusion.

Empowerment: The project fosters capacity-building initiatives for smallholder farmers and cooperatives, promoting agroecology, sustainable food systems, and income generation. Through training, access to markets, and support for rural women and youth, it enhances self-reliance and community resilience.

Intersectoral Approach: The project integrates human rights into various policy areas, such as food sovereignty, environmental sustainability, and social protection, ensuring coherence across government programs. It also strengthens monitoring and evaluation mechanisms to measure progress toward rights-based rural development.

By mainstreaming HRBA, the project contributes to strengthening democratic governance, social justice, and sustainable livelihoods, ensuring that no one is left behind in the development of rural territories.

Briefly describe in the space below how the portfolio MYWP/project is likely to improve gender equality and women's empowerment (32000 Characters maximum)

The project is designed to improve gender equality and women's empowerment by addressing structural barriers that limit rural women's access to resources, decision-making, and economic opportunities. The project integrates a gender-transformative approach across policies and programs, ensuring that women in rural and traditional communities actively participate in and benefit from development initiatives.

Key Strategies for Gender Equality and Women's Empowerment:
i) Strengthening Institutional Capacities for Gender-Responsive Policies
The project supports the Subsecretariat for Rural Women (SMR) in developing, implementing, and monitoring policies that promote women's economic autonomy, food security, and leadership in rural areas. It enhances gender-sensitive planning, monitoring, and evaluation methodologies to measure progress and impact effectively.
ii) Promoting Economic Opportunities and Financial Inclusion
The project facilitates women's access to credit, technical assistance, and productive assets, enabling them to participate more actively in agro-industrialization, cooperative enterprises, and sustainable food systems. It promotes the inclusion of women farmers in institutional markets, such as the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA), strengthening their economic empowerment.
iii) Enhancing Women's Leadership and Participation in Decision-Making
Through capacity-building and leadership training, the project empowers women to take on decision-making roles in cooperatives, rural councils, and governance bodies.
It fosters the participation of women in the National Council for Sustainable Rural Development (CONDRAF) and other policy-making spaces, ensuring their perspectives shape rural development strategies.
iv) Addressing Gender-Based Violence and Social Barriers
The project integrates actions to combat gender-based violence in rural areas by promoting awareness campaigns, legal support, and safe spaces for women.
It collaborates with social protection programs to reduce the unpaid care burden on women, allowing them greater economic participation.
v) Supporting Youth and Intersectional Approaches
Specific initiatives target young rural women, ensuring that policies on rural succession consider their needs and aspirations.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

The project adopts an intersectional approach to support indigenous, quilombola, and LGBTQIAPN+ women, recognizing their unique challenges and ensuring tailored interventions.
By mainstreaming gender equality across its activities, the MYWP/project not only promotes women's economic and social rights but also contributes to a more inclusive and resilient rural development agenda where women can fully exercise their agency and potential.

Briefly describe in the space below how the portfolio MYWP/project mainstreams sustainability and resilience (32000 Characters maximum)

The project is designed to embed sustainability and resilience across all its initiatives, ensuring long-term impact on rural development, food security, and social inclusion. By integrating environmental, economic, and social dimensions, the project strengthens adaptive capacities and promotes sustainable rural livelihoods.

Key Strategies for Sustainability and Resilience:
i) Sustainable Food Systems and Agroecology – Promotion of agroecological practices, biodiversity, soil conservation, and water resource management to enhance sustainable food production.
ii) Climate Adaptation and Risk Reduction – Implementation of climate-smart agricultural practices, access to climate-resilient seeds, diversified cropping systems, and early warning systems.
iii) Inclusive and Sustainable Economic Growth – Strengthening of cooperatives, rural enterprises, access to green financing, and climate-resilient investments to promote sustainable economic opportunities.
iv) Resilient Infrastructure and Market Access – Development of rural infrastructure, such as storage facilities, processing units, transportation networks, and initiatives for energy efficiency and renewable energy adoption.
v) Strengthening Institutional and Community Resilience – Capacity-building, participatory governance, and integration of disaster risk reduction strategies to enhance community resilience and preparedness.

By incorporating these strategies, the project fosters a more adaptive, inclusive, and climate-resilient agricultural sector.

Briefly describe in the space below how the portfolio MYWP/project strengthens accountability to stakeholders (32000 Characters maximum)

The project activities are included in the national planning, which was designed with the participation of the population.

Step 2.1 - SES Risk Screening Checklist (Programming Principles)

Status: Complete

Human Rights

P.1 Have local communities or individuals raised human rights concerns regarding the portfolio MYWP/project (e.g. during the stakeholder engagement process, grievance processes, public statements)?	No
P.2 Is there a risk that duty-bearers (e.g. government agencies) do not have the capacity to meet their obligations in the portfolio MYWP/project?	No
P.3 Is there a risk that rights-holders (e.g. persons affected by programming activities) do not have the capacity to claim their rights?	No

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

P.4 Adverse impacts on enjoyment of the human rights (civil, political, economic, social or cultural) of the affected population and particularly of marginalized groups?	No
P.5 Inequitable or discriminatory impacts on affected populations, particularly people living in poverty or marginalized or excluded individuals or groups, including persons with disabilities?	No
P.6 Restrictions in availability, quality of and/or access to resources or basic services, in particular to marginalized individuals or groups, including persons with disabilities?	No
P.7 Exacerbation of conflicts among and/or the risk of violence to affected communities and individuals?	No

Gender Equality and Women's Empowerment

P.8 Have women's groups/leaders raised gender equality concerns regarding the portfolio MYWP/project, (e.g. during the stakeholder engagement process, grievance processes, public statements)?	No

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

P.9 Adverse impacts on gender equality and/or the situation of women and girls?	No
P.10 Reproducing discriminations against women based on gender, especially regarding participation in design and implementation or access to opportunities and benefits?	No
P.11 Limitations on women's ability to use, develop and protect natural resources, taking into account different roles and positions of women and men in accessing environmental goods and services?	No
P.12 Exacerbation of risks of gender-based violence?	No

Sustainability and Resilience: Screening questions regarding risks associated with sustainability and resilience are encompassed by the Standard-specific questions below

Accountability

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

P.13 Exclusion of any potentially affected stakeholders, in particular marginalized groups and excluded individuals (including persons with disabilities), from fully participating in decisions that may affect them?	No
P.14 Grievances or objections from potentially affected stakeholders?	No
P.15 Risks of retaliation or reprisals against stakeholders who express concerns or grievances, or who seek to participate in or to obtain information on the project/portfolio?	No

Step 2.2 - SES Risk Screening Checklist (Standards) Status: Complete

Standard 1: Biodiversity Conservation and Sustainable Natural Resource Management

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

1.1 Adverse impacts to habitats (e.g. modified, natural, and critical habitats) and/or ecosystems and ecosystem services?	No

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

1.2 Activities within or adjacent to critical habitats and/or environmentally sensitive areas, including (but not limited to) legally protected areas (e.g. nature reserve, national park), areas proposed for protection, or recognized as such by authoritative sources and/or indigenous peoples or local communities?	No
1.3 Changes to the use of lands and resources that may have adverse impacts on habitats, ecosystems, and/or livelihoods?	No
1.4 Risks to endangered species?	No
1.5 Exacerbation of illegal wildlife trade?	No
1.6 Introduction of invasive alien species?	No
1.7 Adverse impacts on soil?	No
1.8 Harvesting of natural forests, plantation development, or reforestation?	No
1.9 Significant agricultural production?	No
1.10 Animal husbandry or harvesting of fish populations or other aquatic species?	No
1.11 Significant extraction, diversion or containment of surface or ground water?	No
1.12 Handling or utilization of genetically modified organisms/living modified organisms?	No
1.13 Utilization of genetic resources?	No
1.14 Adverse transboundary or global environmental concerns?	No

Standard 2: Climate Change and Disaster Risks

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

2.1 Areas subject to hazards such as earthquakes, floods, landslides, severe winds, storm surges, tsunami or volcanic eruptions?	No
2.2 Outputs and outcomes sensitive or vulnerable to potential impacts of climate change or disasters	No
2.3 Direct or indirect increases in vulnerability to climate change impacts or disaster risks now or in the future (also known as maladaptive or negative coping practices)?	No
2.4 Increases of greenhouse gas emissions, black carbon emissions or other drivers of climate change?	No

Standard 3: Community Health, Safety and Security

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

3.1 Construction and/or infrastructure development (e.g. roads, buildings, dams)?	No
3.2 Air pollution, noise, vibration, traffic, injuries, physical hazards, poor surface water quality due to runoff, erosion, sanitation?	No
3.3 Harm or losses due to failure of structural elements of the programming activities (e.g. collapse of buildings or infrastructure)?	No
3.4 Risks of water-borne or other vector-borne diseases (e.g. temporary breeding habitats), communicable and noncommunicable diseases, nutritional disorders, mental health?	No

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

3.5 Transport, storage, and use and/or disposal of hazardous or dangerous materials (e.g. explosives, fuel and other chemicals during construction and operation)?	No
3.6 Adverse impacts on ecosystems and ecosystem services relevant to communities' health (e.g. food, surface water purification, natural buffers from flooding)?	No
3.7 Influx of portfolio MYWP/project workers to targeted areas?	No
3.8 Engagement of security personnel to protect facilities and property or to support portfolio MYWP/project activities?	No

Standard 4: Cultural Heritage

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

4.1 Activities adjacent to or within a Cultural Heritage site?	No
4.2 Significant excavations, demolitions, movement of earth, flooding or other environmental changes?	No
4.3 Adverse impacts to sites, structures, or objects with historical, cultural, artistic, traditional or religious values or intangible forms of culture (e.g. knowledge, innovations, practices)? (Note: portfolio MYWPs/projects intended to protect and conserve Cultural Heritage may also have inadvertent adverse impacts)	No
4.4 Alterations to landscapes and natural features with cultural significance?	No
4.5 Utilization of tangible and/or intangible forms (e.g. practices, traditional knowledge) of Cultural Heritage for commercial or other purposes?	No

Standard 5: Displacement and Resettlement

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

5.1 Temporary or permanent and full or partial physical displacement (including people without legally recognizable claims to land)?	No
5.2 Economic displacement (e.g. loss of assets or access to resources due to land acquisition or access restrictions - even in the absence of physical relocation)?	No
5.3 Risk of forced evictions?	No
5.4 Impacts on or changes to land tenure arrangements and/or community based property rights/customary rights to land, territories and/or resources?	No

Standard 6: Indigenous Peoples

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

6.1 Areas where indigenous peoples are present (including project area of influence)?	No
6.2 Activities located on lands and territories claimed by indigenous peoples?	No
6.3 Impacts (positive or negative) to the human rights, lands, natural resources, territories, and traditional livelihoods of indigenous peoples (regardless of whether indigenous peoples possess the legal titles to such areas, whether the programming activities are located within or outside of the lands and territories inhabited by the affected peoples, or whether the indigenous peoples are recognized as indigenous peoples by the country in question)?	No

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

6.4 The absence of culturally appropriate consultations carried out with the objective of achieving FPIC on matters that may affect the rights and interests, lands, resources, territories and traditional livelihoods of the indigenous peoples concerned?	No
6.5 The utilization and/or commercial development of natural resources on lands and territories claimed by indigenous peoples?	No
6.6 Forced eviction or the whole or partial physical or economic displacement of indigenous peoples, including through access restrictions to lands, territories, and resources?	No
6.7 Adverse impacts on the development priorities of indigenous peoples as defined by them?	No
6.8 Risks to the physical and cultural survival of indigenous peoples?	No
6.9 Impacts on the Cultural Heritage of indigenous peoples, including through the commercialization or use of their traditional knowledge and practices?	No

Standard 7: Labour and Working Conditions

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to: (note: applies to portfolio MYWP, project and contractor workers)

7.1 Working conditions that do not meet national labour laws and international commitments?	No
7.2 Working conditions that may deny freedom of association and collective bargaining?	No
7.3 Use of child labour?	No
7.4 Use of forced labour?	No
7.5 Discriminatory working conditions and/or lack of equal opportunity?	No
7.6 Occupational health and safety risks due to physical, chemical, biological and psychosocial hazards (including violence and harassment) throughout the portfolio MYWP/project life-cycle?	No

Standard 8: Pollution Prevention and Resource Efficiency

Would the portfolio MYWP/project potentially involve or lead to:

8.1 The release of pollutants to the environment due to routine or non-routine circumstances with the potential for adverse local, regional, and/or transboundary impacts?	No
8.2 The generation of waste (both hazardous and non-hazardous)?	No
8.3 The manufacture, trade, release, and/or use of hazardous materials and/or chemicals?	No
8.4 The use of chemicals or materials subject to international bans or phase-outs?	No
8.5 The application of pesticides that may have a negative effect on the environment or human health?	No
8.6 Significant consumption of raw materials, energy, and/or water?	No

Approval History

Approval Date: Wed Apr 02 00:00:00 GMT 2025

Approved By: Juliana Wenceslau Biriba dos Santos <juliana.santos@undp.org>

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Confirmed Date:

Connfirmed By:

PAC/Board Date:

PAC/Board Meeting minutes uploaded: ☐

STEP NAME	DATE	STATUS	ASSIGNED TO
Confirmed by PAC/Board	2025-04-02 10:32:57	Pending	MARISTELA MARQUES BAIONI
Cleared for PAC/Board	2025-04-02 10:32:56	Approved	Juliana Wenceslau Biriba dos Santos
Approval Request Submitted	2025-02-26 11:44:43	Started	Maria Teresa Fontes

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

ASM-14958 - Quality Assurance - Design

Procedure Year: 2025

Procedure Rating: Highly Satisfactory

Procedure Status: Approved

Procedure Name: ASM-14958

Procedure Department: CO - Brazil - Brasilia

Procedure Type: Design

Record Owner: Maria Teresa Fontes

Created by: Maria Teresa Fontes,4/2/2025, 10:42 AM

Last Modified by: Juliana Wenceslau Biriba dos Santos,4/2/2025, 1:13 PM

Decision:

QA Summary/Project Board Comments:

RELATED PORTFOLIOS/PROJECTS(1)					
NAME	DEPARTMENT	STATUS	ATLAS PROJECT NUMBER	START DATE	END DATE
01004062	CO - Brazil - Brasilia	Draft		2/17/2025	2/17/2028

RELATED SESPS(1)		
PARENT PROCEDURE	PROCEDURE TYPE	PROCEDURE YEAR
ASM-14153	SESP (Social and Environmental Screening Procedure)	2025

Approval History

Approval Date: Wed Apr 02 00:00:00 GMT 2025

Approved By: Juliana Wenceslau Biriba dos Santos <juliana.santos@undp.org>

APPROVAL HISTORY			
STEP NAME	DATE	STATUS	ASSIGNED TO
Submitted for Approval	2025-04-02 13:13:40	Approved	Juliana Wenceslau Biriba dos Santos
Approval Request Submitted	2025-04-02 13:09:49	Started	Maria Teresa Fontes

Identified Risks & Treatments

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Category: 3. Operational

Risk Significance: Substantial

Risk Significance: Substantial

Sub-Category: 3.5. Partners' engagement

Event:

Conferência Nacional de Segurança Alimentar

Causes:

O produto de participação social (P2) será executado por organização sub-executora; dada a complexidade e abrangência do tema, pode haver dificuldades de identificação e contratação de parceiros capazes de executar eficientemente todos os produtos esperados.

Impact:

Atraso ou impossibilidade de realizar a Conferência

RELATED TREATMENTS(1)				
ACTIVITIES FOR TREATMENT	EXPECTED EFFECT	TIME PLAN FOR COMPLETE	STATUS	COMMENTS
Para mitigar estes riscos, pretende-se investir no monitoramento próximo da execução das atividades da entidade sub-executora por eio da contratação de consultorias específicas. Será também realizado levantamento prévio de possíveis parceiros capazes de atuar em rede e na elaboração de termos de referência adequados às necessidades do projeto.		9/30/2025	Not Started	

Category: 2. Financial

Risk Significance: Moderate

Risk Significance: Moderate

Sub-Category: 2.6. Budget availability and cash flow

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Event:

Restrição orçamentária

Causes:

Indisponibilidade ou atraso de parte dos recursos previstos no orçamento do projeto

Impact:

Atrado ou paralisação das atividades do Projeto

RELATED TREATMENTS(1)				
ACTIVITIES FOR TREATMENT	EXPECTED EFFECT	TIME PLAN FOR COMPLETE	STATUS	COMMENTS
Para mitigar estes riscos, a equipe do MDA atuará no monitoramento das previsões orçamentárias e empenhos anuais relacionados ao projeto. Nesse sentido, pretende-se: i) aportar os recursos previstos para o projeto de acordo com a matriz e diligenciar para que sejam transferidos pari passu à execução do projeto; ii) alinhar os objetivos do Projeto aos compromissos nacionais de médio e longo prazos, e iii) reforçar o processo interno de entendimento do potencial e da importância do projeto para o alcance do planejamento estratégico do órgão		4/2/2028	Ongoing	

Category: 7. Strategic

Risk Significance: Moderate

Risk Significance: Moderate

Sub-Category: 7.6. Change/ turnover in government

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Event:

Mudança de gestão no governo federal

Causes:

A duração do projeto vai além dos mandados da atual gestão federal (2023-2026), o que traz riscos de continuidade que podem decorrer de mudanças na visão estratégica dos governos.

Impact:

Atraso ou paralisação na implementação do projeto

RELATED TREATMENTS(1)				
ACTIVITIES FOR TREATMENT	EXPECTED EFFECT	TIME PLAN FOR COMPLETE	STATUS	COMMENTS
Reuniões de avaliação e tripartites anuais do projeto	Para mitigar este risco, propõe-se a realização reuniões de avaliação e tripartites anuais do projeto, as quais servirão de insumo para a elaboração de uma agenda de transição para uma eventual nova gestão. Propõe-se, também, o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para divulgar informações sobre a evolução dos investimentos e seu impacto nos indicadores econômicos e sociais do país, visando reforçar a importância de manutenção de uma agenda de longo prazo para o fortalecimento institucional das políticas do MDA alinhada aos	4/2/2028	Not Started	

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

RELATED TREATMENTS(1)				
ACTIVITIES FOR TREATMENT	EXPECTED EFFECT	TIME PLAN FOR COMPLETE	STATUS	COMMENTS
	objetivos do Projeto. Esta estratégia de comunicação deverá reforçar a ideia de que o tema se baseia em planejamento de médio e longo prazos que proporcionará ganhos para o desenvolvimento do país, independentemente da gestão em curso.			

Category: 7. Strategic
Risk Significance: Low

Risk Significance: Low

Sub-Category: 7.7. Alignment with national priorities

Event:

Risco de coordenação:

Causes:

Relacionado à diversidade de áreas do PNUD relacionadas ao tema, à necessidade de articulação com distintos atores públicos, privados e agentes financeiros, bem como resistência cultural de gestores em todos os níveis.

Impact:

Baixa implementação

QA Questionnaire:

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Strategic | Status: Complete | Quality Rating: Exemplary

1. Does the project specify how it will contribute to higher level change through linkage to the programme's Theory of Change?

- (●) 3: The project is clearly linked to the programme's theory of change. It has an explicit change pathway that explains how the project will contribute to outcome level change and why the project's strategy will likely lead to this change. This analysis is backed by credible evidence of what works effectively in this context and includes assumptions and risks.
- ( ) 2: The project is clearly linked to the programme's theory of change. It has a change pathway that explains how the project will contribute to outcome-level change and why the project strategy will likely lead to this change.
- ( ) 1: The project document may describe in generic terms how the project will contribute to development results, without an explicit link to the programme's theory of change.

*Note: Projects not contributing to a programme must have a project-specific Theory of Change. See alternative question under the information icon for these cases.
*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, o projeto estabelece como contribuirá para mudanças em nível superior por meio de sua vinculação à Teoria da Mudança do programa. Ele detalha os impactos esperados, os resultados intermediários e as estratégias para alcançar transformações sustentáveis dentro do escopo definido. Vide teoria da mudança no texto do prodoc

2. Is the project aligned with the UNDP Strategic Plan?

- (●) 3: The project responds to at least one of the development settings as specified in the Strategic Plan and adapts at least one Signature Solution. The project's RRF includes all the relevant SP output indicators. (all must be true)
- ( ) 2: The project responds to at least one of the development settings as specified in the Strategic Plan. The project's RRF includes at least one SP output indicator, if relevant. (both must be true)
- ( ) 1: The project responds to a partner's identified need, but this need falls outside of the UNDP Strategic Plan. Also select this option if none of the relevant SP indicators are included in the RRF.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

O projeto está relacionado com o Eixo Estratégico de "Manter as pessoas fora da Pobreza" no Plano Estratégico do PNUD.

3. Is the project linked to the programme outputs? (i.e., UNSDCF/CPD, RPD or Strategic Plan IRRF for strategic interventions not part of a programme)

- (●) YES
- ( ) NO

*Note: Project QA cannot be approved by Project QA Approver when the response is "No".

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Contribui para o Resultado do UNSDCF 2.1: Até 2027, o Brasil terá expandido e fortalecido a proteção social e demais políticas públicas para serem mais intersetoriais, inclusivas, participativas e efetivas, baseadas em evidências, atentas a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e orientadas, em todos os níveis de governo, ao respeito aos direitos humanos e à redução da pobreza, da fome e das desigualdades de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e à promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia e do desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente.
Contribui para o Resultado do CPD: Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Relevant | Status: Complete | Quality Rating: Exemplary

4. Does the project identify target groups , and particularly those marginalized, vulnerable and left further behind (LNOB)

- (●) 3: The LNOB target groups are clearly specified, prioritising discriminated, and marginalized groups left furthest behind, identified through a rigorous process based on evidence.
- ( ) 2: The LNOB target groups are clearly specified, prioritizing groups left furthest behind.
- ( ) 1: The LNOB target groups are not clearly specified.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1. Projects that build institutional capacity should still identify targeted groups to justify support.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Todo o Documento de Projeto tem características de inclusão de grupos vulneráveis, com destaque para o componente 3, que foca na participação social: 3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+

5. Have knowledge, good practices, and past lessons learned of UNDP and others informed the project design?

- (●) 3: Knowledge and lessons learned backed by credible evidence from sources such as evaluation, corporate policies/strategies, and/or monitoring have been explicitly used, with appropriate referencing, to justify the approach used by the project.
- ( ) 2: The project design mentions knowledge and lessons learned backed by evidence/sources but have not been used to justify the approach selected.
- ( ) 1: There is little, or no mention of knowledge and lessons learned informing the project design. Any references made are anecdotal and not backed by evidence.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Vide parte “Cooperação com o PNUD” do Prodoc. O PNUD possui ampla experiência anterior de parceria com o MDA e com o tema de transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil

6. Does UNDP have a clear advantage to engage in the role envisioned by the project vis-à-vis national / regional / global partners and other actors?

- (●) 3: An analysis has been conducted on the role of other partners in the area where the project intends to work, and credible evidence supports the proposed engagement of UNDP and partners through the project, including identification of potential funding partners. It is clear how results achieved by partners will complement the project's intended results and a communication strategy is in place to communicate results and raise visibility vis-à-vis key partners. Options for south-south and triangular cooperation have been considered, as appropriate. (all must be true)
- ( ) 2: Some analysis has been conducted on the role of other partners in the area where the project intends to work, and relatively limited evidence supports the proposed engagement of and division of labour between UNDP and partners through the project, with unclear funding and communications strategies or plans.
- ( ) 1: No clear analysis has been conducted on the role of other partners in the area that the project intends to work. There is risk that the project overlaps and/or does not coordinate with partners' interventions in this area. Options for south-south and triangular cooperation have not been considered, despite its potential relevance.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Vide parte “Cooperação com o PNUD” do Prodoc. O PNUD tem vantagens estratégicas únicas para liderar a implementação do projeto, combinando expertise técnica, neutralidade, acesso a financiamento e alinhamento

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

com agendas globais. Sua capacidade de atuar como um facilitador entre diferentes atores garante uma abordagem eficaz e sustentável para o desenvolvimento rural e inclusão social.

Principled | Status: Complete | Quality Rating: Highly Satisfactory

7. Does the project apply a human rights-based approach?

(●) 3: The project is guided by human rights and incorporates the principles of accountability, meaningful participation, and non-discrimination in the project's strategy. The project upholds the relevant international and national laws and standards. Any potential adverse impacts on enjoyment of human rights were rigorously identified and assessed as relevant, with appropriate mitigation and management measures incorporated into project design and budget. (all must be true)

( ) 2: The project is guided by human rights by prioritizing accountability, meaningful participation and non-discrimination. Potential adverse impacts on enjoyment of human rights were identified and assessed as relevant, and appropriate mitigation and management measures incorporated into the project design and budget. (both must be true)

( ) 1: No evidence that the project is guided by human rights. Limited or no evidence that potential adverse impacts on enjoyment of human rights were considered

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, o projeto aplica uma abordagem baseada em direitos humanos, enfatizando inclusão, equidade e governança participativa no desenvolvimento rural. Aqui estão os principais aspectos que demonstram essa abordagem:

1. Reconhecimento dos Direitos de Grupos Vulneráveis

O projeto reconhece os direitos de agricultores familiares, mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades afrodescendentes e povos tradicionais.

Busca fortalecer a participação desses grupos nos processos de tomada de decisão e garantir seu acesso a recursos, políticas e programas.

2. Participação e Empoderamento

Através da Atividade 3.2, o projeto promove mecanismos de governança inclusiva, assegurando que diferentes grupos sociais tenham voz na formulação e implementação de políticas.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) desempenha um papel central no fortalecimento da governança participativa.

3. Direito à Alimentação Adequada e Meios de Vida Sustentáveis

O projeto está alinhado com os princípios da ONU sobre o Direito à Alimentação, promovendo segurança alimentar, práticas agrícolas sustentáveis e resiliência climática.

Apoia mecanismos de proteção social para populações rurais vulneráveis, garantindo sua autonomia econômica e acesso a recursos essenciais.

4. Igualdade de Gênero e Não Discriminação

O projeto inclui medidas específicas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais, especialmente na agricultura, silvicultura e pesca.

Também considera a interseccionalidade, reconhecendo as múltiplas formas de discriminação enfrentadas por mulheres, jovens e comunidades marginalizadas.

5. Alinhamento com Normas Internacionais de Direitos Humanos

O projeto está alinhado com os compromissos internacionais do Brasil em direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e as convenções da OIT sobre direitos trabalhistas.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

8. Does the project use gender analysis in the project design?

- ○ 3: A participatory gender analysis has been conducted and results from this gender analysis inform the development challenge, strategy and expected results sections of the project document. Outputs and indicators of the results framework include explicit references to gender equality, and specific indicators measure and monitor results to ensure women are fully benefitting from the project. (all must be true)
- ◉ 2: A basic gender analysis has been carried out and results from this analysis are scattered (i.e., fragmented and not consistent) across the development challenge and strategy sections of the project document. The results framework may include some gender sensitive outputs and/or activities but gender inequalities are not consistently integrated across each output. (all must be true)
- ○ 1: The project design may or may not mention information and/or data on the differential impact of the project's development situation on gender relations, women and men, but the gender inequalities have not been clearly identified and reflected in the project document.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, o projeto incorpora a análise de gênero em seu design, especialmente em seu foco na promoção da inclusão e autonomia econômica das mulheres em áreas rurais.

Atividades específicas de gênero:
A atividade 2.6 tem como objetivo promover a autonomia das mulheres em áreas rurais, especialmente aquelas que trabalham na agricultura, silvicultura e pesca.

A atividade 3.2 inclui estudos e diagnósticos para fortalecer a participação e inclusão de diferentes grupos sociais, incluindo mulheres, no planejamento e implementação de políticas.

Políticas sensíveis ao gênero:
O projeto reconhece as desigualdades de gênero no desenvolvimento rural e incorpora estratégias direcionadas para fortalecer o papel das mulheres na agricultura e nos sistemas alimentares.

Também enfatiza a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, por meio de mecanismos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Abordagem interseccional:
O projeto reconhece as múltiplas camadas de exclusão social, incluindo aquelas enfrentadas por mulheres, jovens, pessoas com deficiência e comunidades LGBTQIAPN+, garantindo um quadro de políticas mais inclusivo.
Compromisso institucional:
A Subsecretaria de Mulheres Rurais do MDA desempenha um papel fundamental no fortalecimento de políticas voltadas para as mulheres, garantindo que as considerações de gênero permaneçam um foco central nas políticas agrícolas.

9. Did the project support the resilience and sustainability of societies and/or ecosystems?

- ◉ 3: Credible evidence that the project addresses sustainability and resilience dimensions of development challenges, which are integrated in the project strategy and design. The project reflects the interconnections between the social, economic and environmental dimensions of sustainable development. Relevant shocks, hazards and adverse social and environmental impacts have been identified and rigorously assessed with appropriate management and mitigation measures incorporated into project design and budget. (all must be true)
- ○ 2: The project design integrates sustainability and resilience dimensions of development challenges. Relevant shocks, hazards and adverse social and environmental impacts have been identified and assessed, and relevant management and mitigation measures incorporated into project design and budget. (both must be true)
- ○ 1: Sustainability and resilience dimensions and impacts were not adequately considered.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, o projeto apoia a resiliência e a sustentabilidade de sociedades e/ou ecossistemas por meio de estratégias que fortalecem capacidades locais, promovem o uso sustentável de recursos naturais e incentivam práticas de adaptação às mudanças climáticas. Ele inclui ações como capacitação comunitária, manejo sustentável e fortalecimento de políticas ambientais.

10. Has the Social and Environmental Screening Procedure (SESP) been conducted to identify potential social and environmental impacts and risks? The SESP is not required for projects in which UNDP is Administrative Agent only and/or projects comprised solely of the preparation and dissemination of reports and communication materials; organization of events, workshops, or training; strengthening capacities of partners to participate in international negotiations and conferences; partnership coordination (including UN coordination) and management of networks; and global/regional projects with no country-level activities as well as Development Effectiveness projects and Institutional Effectiveness projects. [If yes, upload the completed checklist. If SESP is not required, Select all exemption criteria that apply.]

- (●) Yes
- ( ) No
- ( ) SESP not required because project consists solely of (Select all exemption criteria that apply)

***Applicable only to option "SESP not required"**

- [ ] 1: Preparation and dissemination of reports, documents and communication materials
- [ ] 2: Organization of an event, workshop, training
- [ ] 3: Strengthening capacities of partners to participate in international negotiations and conferences
- [ ] 4: Partnership coordination (including UN coordination) and management of networks
- [ ] 5: Global/regional projects with no country level activities (e.g. knowledge management, inter-governmental processes)
- [ ] 6: UNDP acting as Administrative Agent
- [ ] 7: Development Effectiveness projects and Institutional Effectiveness projects

*Note: Project QA cannot be approved by Project QA Approver when the response is “No”.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, SESP devidamente submetido para análise e aprovado. Consta como anexo do Prodoc

Management & Monitoring Status: Complete Quality Rating: Exemplary

11. Does the project have a strong results framework?

- (●) 3: The project's selection of outputs and activities are at an appropriate level. Outputs are accompanied by SMART, results-oriented indicators that measure the key expected development changes, each with credible data sources and populated baselines and targets, including gender sensitive, target group focused, sex-disaggregated indicators where appropriate. (all must be true)
- ( ) 2: The project's selection of outputs and activities are at an appropriate level. Outputs are accompanied by SMART, results-oriented indicators, but baselines, targets and data sources may not yet be fully specified. Some use of target group focused, sex-disaggregated indicators, as appropriate. (all must be true)
- ( ) 1: The project's selection of outputs and activities are not at an appropriate level; outputs are not accompanied by SMART, results-oriented indicators that measure the expected change and have not been populated with baselines and targets; data sources are not specified, and/or no gender sensitive, sex-disaggregation of indicators. (if any is true)

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Sim, veja matriz de progresso do Prodoc, Seção V

12. Is the project's governance mechanism clearly defined in the project document, including composition of the project board?

- (●) 3: The project's governance mechanism is fully defined. Individuals have been specified for each position in the governance mechanism (especially all members of the project board.) Project Board members have agreed on their roles and responsibilities as specified in the terms of reference. The ToR of the project board has been attached to the project document. (all must be true)
- ( ) 2: The project's governance mechanism is defined; specific institutions are noted as holding key governance roles, but individuals may not have been specified yet. The project document lists the most important responsibilities of the project board, project director/manager and quality assurance roles. (all must be true)
- ( ) 1: The project's governance mechanism is loosely defined in the project document, only mentioning key roles that will need to be filled at a later date. No information on the responsibilities of key positions in the governance mechanism is provided.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, vide Prodoc, seção VIII ARRANJOS DE GOVERNANÇA E DE GERENCIAMENTO

13. Have the project risks been identified using the risk assessment tools (Project Quality Assurance, Social and Environmental Screening Procedure, Partner Capacity Assessment Tool, Harmonized Approach to Cash Transfer, Private Sector Due Diligence, etc., if applicable), with clear plans stated to manage and mitigate each risk?

- (●) 3: Project risks related to the achievement of results are fully described in the project risk register, based on comprehensive analysis drawing on the programme's theory of change, Social and Environmental Standards and screening, situation analysis, capacity assessments and other analysis such as funding potential and reputational risk. Risks have been identified through a consultative process with key internal and external stakeholders, including consultation with the UNDP Security Office as required. Clear and complete plan in place to manage and mitigate each risk, including security risks, reflected in project budgeting and monitoring plans. (both must be true)
- ( ) 2: Project risks related to the achievement of results are identified in the initial project risk register based on a minimum level of analysis and consultation, with mitigation measures identified for each risk.
- ( ) 1: Some risks may be identified in the initial project risk register, but no evidence of consultation or analysis and no clear risk mitigation measures identified. This option is also selected if risks are not clearly identified, no initial risk log is included with the project document and/or no security risk management process has taken place for the project.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, os riscos foram mencionados no texto Prodoc e no Anexo de Monitoramento de Riscos

Efficient | Status: Complete | Quality Rating: Exemplary

14. Have specific measures for ensuring cost-efficient use of resources been explicitly mentioned as part of the project design?

- (●) Yes
- ( ) No

*Note: Risk management must be done when the response is “No”.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, vide Prodoc.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

15. Is the budget justified and supported with valid estimates?

- (●) 3: The project's budget is at the activity level with funding sources, and is specified for the duration of the project period in a multi-year budget. Realistic resource mobilisation plans are in place to fill unfunded components. Costs are supported with valid estimates using benchmarks from similar projects or activities. Cost implications from inflation and foreign exchange exposure have been estimated and incorporated in the budget. Adequate costs for monitoring, evaluation, communications and security have been incorporated.
- ( ) 2: The project's budget is at the activity level with funding sources, when possible, and is specified for the duration of the project in a multi-year budget, but no funding plan is in place. Costs are supported with valid estimates based on prevailing rates.
- ( ) 1: The project's budget is not specified at the activity level, and/or may not be captured in a multi-year budget.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, o orçamento foi detalhado por ano/linhas orçamentárias e componentes e o Anexo Insumos contém a lista completa das contratações que serão realizadas no escopo do Projeto.l

16. Is the Country Office / Regional / Global Project fully recovering the costs involved with project implementation?

- (●) 3: The budget fully covers all project costs that are attributable to the project, including programme management and development effectiveness services related to strategic country programme planning, quality assurance, pipeline development, policy advocacy services, finance, procurement, human resources, administration, issuance of contracts, security, travel, assets, general services, information and communications based on full costing in accordance with prevailing UNDP policies (i.e., UPL, LPL.)
- ( ) 2: The budget covers significant project costs that are attributable to the project based on prevailing UNDP policies (i.e., UPL, LPL) as relevant.
- ( ) 1: The budget does not adequately cover project costs that are attributable to the project, and UNDP is cross-subsidizing the project.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1. The budget must be revised to fully reflect the costs of implementation before the project commences.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, 5% de GMS foram incluídos no orçamento do Prodoc.

Effective | Status: Complete | Quality Rating: Satisfactory

17. Have targeted groups, and particularly those marginalized, vulnerable, and left further behind (LNOB), been engaged in the design of the project?

- ( ) 3: Credible evidence that all targeted groups, prioritising discriminated, vulnerable and marginalized populations that will be involved in or affected by the project, have been actively engaged in the design of the project. The project has an explicit strategy to identify, engage and ensure the meaningful participation of target groups as stakeholders throughout the project, including through monitoring and decision-making (e.g., representation on the project board, inclusion in samples for evaluations, etc.)
- (●) 2: Some evidence that key targeted groups have been consulted in the design of the project.
- ( ) 1: No evidence of engagement with targeted groups during project design.
- ( ) Not Applicable

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

A abordagem do projeto incluiu consultas participativas e diálogos estruturados com comunidades vulneráveis e atores-chave para garantir que suas necessidades e perspectivas fossem incorporadas desde a fase inicial.

18. Does the project plan for adaptation and course correction if regular monitoring activities, evaluation, and lesson learned demonstrate there are better approaches to achieve the intended results and/or circumstances change during implementation?

- (●) Yes
- ( ) No

*Note: Risk Management must be done when the response is "No".

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Sim, vide plano de monitoramento no Prodoc, seção VI.

19. The gender marker for all project outputs are scored at GEN2 or GEN3, indicating that gender has been fully mainstreamed into all project outputs at a minimum.

- (●) Yes
- ( ) No

*Note: Risk management must be done when the response is "No".

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

G2 para todas os componentes

20. Have societal digital risks and opportunities been taken into account when designing the project's approach and have digital or data technology solutions been considered to enhance the efficiency, effectiveness and scalability of project results?

- ( ) 3: To the extent possible, societal digital risks and opportunities have been investigated when designing the strategy and Theory of Change, and the potential use of digital or data technologies in project activities has been considered in line with UNDP's digital standards and data principles. (All must be true)
- (●) 2: Only the potential use of digital or data solutions in project activities has been considered in line with UNDP's digital standards and data principles, but there is no or limited evidence that aspects of inclusive digital societies have been considered in the design of the strategy or Theory of Change.
- ( ) 1: Neither societal digital risks and opportunities, nor digital or data technology solutions were specifically considered in the project design or, UNDP's digital standards and data principles are not taken into account when intending to use digital or data technology solutions in project activities.
- ( ) Digital considerations are not relevant to this project.

***Applicable only to option "Digital considerations are not relevant"**

- [ ] 1: Societal digital transformation is not a government or contextual priority
- [ ] 2: A non-digital approach yields higher effectiveness and efficiency
- [ ] 3: Other (specify in the "Evidence" section)

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

O projeto busca criar estratégias para melhorar a visibilidade e inclusão de povos vulneráveis nas políticas públicas, realizando diagnósticos e estudos que permitam a formulação de programas mais eficazes e a construção de ferramentas de gestão colaborativa. Há previsão de contratação de consultoria para a sistematização de dados e informações relacionados à agroecologia e à bioeconomia e apresentação de proposta de aprimoramento de iniciativas da agricultura familiar para fomentar a transição agroecológica

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

Sustainability & National Ownership | Status: Complete | Quality Rating: Highly Satisfactory

21. Have national / regional / global partners led, or proactively engaged in, the design of the country / regional / global project, respectively?

- ( ) 3: National / regional / global partners have full ownership of the country / regional / global project and led the process of the development of the project jointly with UNDP.
- (•) 2: The project has been developed by UNDP in close consultation with national / regional / global partners.
- ( ) 1: The project has been developed by UNDP with limited or no engagement with national partners.

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

Projeto desenvolvimento em conjunto entre PNUD e MDA. Projeto será implementado na modalidade NIM.

22. Are key institutions and systems identified, and is there a strategy for strengthening specific / comprehensive capacities based on capacity assessments conducted?

- (•) 3: The project has a strategy for strengthening specific capacities of national institutions and/or actors based on a completed capacity assessment. This strategy includes an approach to regularly monitor national capacities using clear indicators and rigorous methods of data collection, and adjust the strategy to strengthen national capacities accordingly.
- ( ) 2: A capacity assessment has been completed. There are plans to develop a strategy to strengthen specific capacities of national institutions and/or actors based on the results of the capacity assessment.
- ( ) 1: Capacity assessments have not been carried out
- ( ) Not Applicable

*Note: Risk management must be done for criteria with score of 1.

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

O foco do projeto é o fortalecimento institucional do MDA e demais instituições vinculadas ao Ministério.

23. Is there is a clear strategy embedded in the project specifying how the project will use national systems (i.e., procurement, monitoring, evaluations, etc.,) to the extent possible?

- (•) Yes
- ( ) No
- ( ) Not Applicable

*Note: Risk management must be done when the response is "No".

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

O projeto será auditado por instituições nacionais e monitorado pela ABC/MRE

24. Is there a clear transition arrangement / phase-out plan developed with key stakeholders in order to sustain or scale up results (including resource mobilisation and communications strategy)?

- (•) Yes
- ( ) No

*Note: Risk management must be done when the response is "No".

Evidence (Enter a short explanation or upload a document that provides evidence for your response)

O projeto deixará produtos de conhecimento e capacidades para que a agência implementadora continue trabalhando e promovendo o desenvolvimento sustentável no Nordeste.

O encerramento do projeto abrange sua finalização em termos:

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

(i) Operacionais: o encerramento operacional tem foco nos registros e na sistematização da performance geral do projeto, de lições aprendidas, das evidências da conclusão de produtos da matriz lógica e nos encaminhamentos necessários para garantir a sustentabilidade de seus resultados. Uma reunião tripartite final, para análise do relatório de progresso final, será organizada para formalizar o encerramento operacional.
(ii) Financeiros: o projeto poderá ser financeiramente encerrado após operacionalmente concluído e após a confirmação de que todas as transações financeiras tenham sido encerradas. O PNUD emitirá um Combined Delivery Report – CDR final demonstrando a ausência de quaisquer movimentações financeiras relativas ao projeto, sendo este um pré-requisito para o encerramento formal. O projeto deverá ser financeiramente encerrado em até 1(um) ano após declarado como operacionalmente fechado. A emissão de Revisões Orçamentárias Semi-finais e Finais do projeto, emitidas pelo PNUD com base em seus regulamentos, formalizarão o processo de encerramento financeiro. Motivações que causem excepcionalidades ou atrasos a esta orientação devem ser devidamente registradas entre as partes.
Caso intercorrências venham a suscitar a suspensão ou finalização precoce deste projeto, estas questões serão devidamente discutidas e avaliadas entre os signatários deste Documento, de forma a acordar os encaminhamentos necessários.

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

VII. Plano de Trabalho Plurianual

5,764 Câmbio Fevereiro 2025

Produtos Esperados	Atividades Planejadas	Orçamento Planejado Por Ano				Responsável pela implementação	Orçamento Planejado			
		2025	2026	2027	2028		Fonte de Recursos	N° e Descrição da linha orcamentária	Total (BRL)	Total (USD)
1. Fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na condução de políticas públicas voltadas para a transformação dos sistemas alimentares e a inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares promovido	1.1 Elaborar estudos e avaliações para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas com vistas à transição para um sistema alimentar baseado na agricultura familiar	166.551,01	166.551,01	166.551,01	78.070,78	MDA	MDA	71300 Consultoria PF	3.330.000,00	577.723,80
	1.2 Desenvolver e testar estratégias inovadoras de articulação federativa e legislativa	41.637,75	41.637,75	41.637,75	29.493,41	MDA	MDA		890.000,00	154.406,66
	1.3 Realizar missões e eventos internacionais para identificar boas práticas, fomentar a cooperação internacional e a integração regional em torno da agricultura familiar	173.490,63	173.490,63	173.490,63	86.745,32	MDA	MDA	72100 Consultoria PJ	3.500.000,00	607.217,21
	1.4 Criar, testar e aprimorar instrumentos de mapeamento, diagnóstico, prevenção e resolução pacífica de conflitos agrários	173.490,63	173.490,63	86.745,32	52.047,19	MDA	MDA		2.800.000,00	485.773,77
	1.5 Mapear e estabelecer processos para fortalecer e integrar as Superintedências Estaduais do Desenvolvimento Agrário	142.262,32	41.637,75	41.637,75	41.637,75	MDA	MDA	71600 Diárias/Passagens	1.540.000,00	267.175,57
	Subtotal	697.432,34	596.807,77	510.062,46	287.994,45				12.060.000,00	2.092.297,02
	GMS	34.871,62	29.840,39	25.503,12	14.399,72			75100	603.000,00	104.614,85
	Total Produto 1	**732.303,96**	**626.648,16**	**535.565,58**	**302.394,17**				**12.663.000,00**	**2.196.911,87**
2. Soberania alimentar por meio do aprimoramento de políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e etnodesenvolvimento promovida	2.1 Realizar diagnósticos para proposição de ações inovadoras e aprimoramento de aspectos logísticos de distribuição e abastecimento com vistas a ampliar a comercialização, o acesso e o consumo de alimentos da agricultura familiar.	173.490,63	86.745,32	86.745,32	34.698,13	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	2.200.000,00	381.679,39
	2.2 Realizar diagnósticos e propor iniciativas estruturantes para fortalecer a organização da produção, processamento, beneficiamento, armazenamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar.	399.028,45	86.745,32	86.745,32	34.698,13	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	3.500.000,00	607.217,21
	2.3 Criar, testar e aperfeiçoar metodologias de certificação adaptadas à produção da agricultura familiar, extrativistas, quilombolas e comunidades tradicionais e de seus empreendimentos, práticas sustentáveis e recursos genéticos.	173.490,63	62.456,63	62.456,63	26.023,59	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	1.870.000,00	324.427,48
	2.4 Aprimorar mecanismos de fortalecimento e inclusão produtiva, social e econômica de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para valorizar os saberes tradicionais.	166.551,01	86.745,32	86.745,32	34.698,13	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	2.160.000,00	374.739,76
	2.5 Aprimorar os critérios técnicos voltados para a gestão territorial de áreas destinadas a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).	520.471,89	86.745,32	86.745,32	34.698,13	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	4.200.000,00	728.660,65
	2.6 Realizar diagnósticos e propor estratégias para promover a autonomia econômica das mulheres do campo, das florestas e das águas	225.537,82	52.047,19	52.047,19	26.023,59	MDA	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	2.050.000,00	355.655,79
	Subtotal	1.658.570,44	461.485,08	461.485,08	190.839,69				15.980.000,00	2.772.380,29
	GMS	82.928,52	23.074,25	23.074,25	9.541,98			75100	799.000,00	138.619,01
	Total Produto 2	**1.741.498,96**	**484.559,33**	**484.559,33**	**200.381,68**				**16.779.000,00**	**2.910.999,31**
3. Participação social em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável viabilizada, promovendo a inclusão de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, PCDs e LGBTQIAPN+	3.1 Construir processos participativos de elaboração e gestão de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.	641.915,34	216.863,29	130.117,97	60.721,72	FLACSO	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	6.050.000,00	1.049.618,32
	3.2 Elaborar estudos e diagnósticos para a promoção e a inclusão da participação social de diferentes segmentos no planejamento e execução de políticas públicas de agricultura familiar.	130.117,97	86.745,32	86.745,32	34.698,13	FLACSO	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	1.950.000,00	1.387.925,05
	Subtotal	772.033,31	303.608,61	216.863,29	95.419,85				8.000.000,00	1.387.925,05
	GMS	38.601,67	15.180,43	10.843,16	4.770,99			75100	400.000,00	69.396,25
	Total Produto 3	**810.634,98**	**318.789,04**	**227.706,45**	**100.190,84**				**8.400.000,00**	**1.457.321,30**
4. Gestão eficiente do projeto e gestão de conhecimento do projeto realizadas	4.1 Capacitar equipe da unidade gestora para gestão/implementação do projeto.	26.023,59	26.023,59	-	-	PNUD	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ	300.000,00	52.047,19
	4.2 Realizar reuniões técnicas e missões de monitoramento do projeto	-	867,45	-	867,45	PNUD	MDA	71600 Diárias/Passagens	10.000,00	1.734,91
	4.3 Identificar, sistematizar e disseminar novas metodologias e boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto	-	-	26.023,59	26.023,59	PNUD	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ, 71600 Diárias/Passagens	300.000,00	52.047,19
	4.4 Realizar auditoria e avaliação final do projeto	-	-	-	1.734,91	PNUD	MDA	71300 Consultoria PF, 72100 Consultoria PJ	10.000,00	1.734,91
	Subtotal	26.023,59	26.891,05	26.023,59	28.625,95				620.000,00	107.564,19
	GMS	1.301,18	1.344,55	1.301,18	1.431,30			75100	31.000,00	5.378,21
	Total Produto 4	**27.324,77**	**28.235,60**	**27.324,77**	**30.057,25**				**651.000,00**	**112.942,40**
Total		**3.311.762,66**	**1.458.232,13**	**1.275.156,14**	**633.023,94**				**38.493.000,00**	**6.678.174,88**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

United Nations Development Programme

Project: BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil

Initial Revision
Main Source of Funds: Goverment
Executing Agency: NIM- National Implementation
Project: 01004062

Project: BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil								
Acct	**Donor**	**Fund**		**Total**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
51005	17531	30000	Net Contrib.	6.360.166,55	3.154.059,68	1.388.792,51	1.214.434,42	602.879,94
			GMS. %	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
			GMS.	318.008,33	157.702,98	69.439,63	60.721,72	30.144,00
			Total	6.678.174,88	3.311.762,66	1.458.232,13	1.275.156,14	633.023,94
				6.678.174,88	**3.311.762,66**	**1.458.232,13**	**1.275.156,14**	**633.023,94**

Docusign Envelope ID: 57FBE9DA-F226-4766-93C0-D8FAC74FC63E

United Nations Development Programme
BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil
C/S Schedule of Payments

Project Number: **1004062**
Award Number: **TBC**

Main Source of Funds: **Goverment / BRA-MDA**
Executing Agency: **NIM - National Implementation**
Budget Currency: **USD**

BRA/25/005 - Transformação dos sistemas alimentares e superação da fome no Brasil						
Account	**Fund/Donor**	**Year**	**Date**	**Budgeted Amount**	**Scheduled Amount**	**Balance**
51007	30000/017531	2025			3.311.762,66	
				3.311.762,66	**3.311.762,66**	0,00
		2026			1.458.232,13	
				1.458.232,13	**1.458.232,13**	0,00
		2027			1.275.156,14	
				1.275.156,14	**1.275.156,14**	0,00
		2028			633.023,94	
				633.023,94	**633.023,94**	0,00
		Total		**6.678.174,88**	**6.678.174,88**	**0,00**